



XVII CONGRESSO

PS Açores

Praia da Vitória

14 | 15 | 16 Setembro

Moção de Orientação Global

**PELOS AÇORES
COM OS
AÇORIANOS**



PELOS AÇORES COM OS AÇORIANOS

SUBSCRITORES

Vasco Cordeiro
Carlos César

Ana Luís

Ana Vitória Couto

André Bradford

André Franqueira Rodrigues

André Gambão Rodrigues

André Viveiros

Bárbara Chaves

Berto Messias

Bruno Pacheco

Carlos Silva

Cristina Calisto

Francisco Coelho

Francisco Vale César

Frederico Sousa

Hernâni Jorge

Iasalde Nunes

Isabel Almeida Rodrigues

Jaime Rita

João Paulo Ávila

José Ávila

José Contente

José San-Bento

Lúcio Rodrigues

Luís Filipe Melo

Luís Leal

Luís Maciel

Maria Beatriz Rodrigues

Mariana Matos

Miguel Costa

Nuno Miranda

Nuno Tomé

Paulo Linhares Dias

Ricardo Rodrigues

Roberto Monteiro

Rogério Veiros

Rogério Sousa

Rui Bettencourt

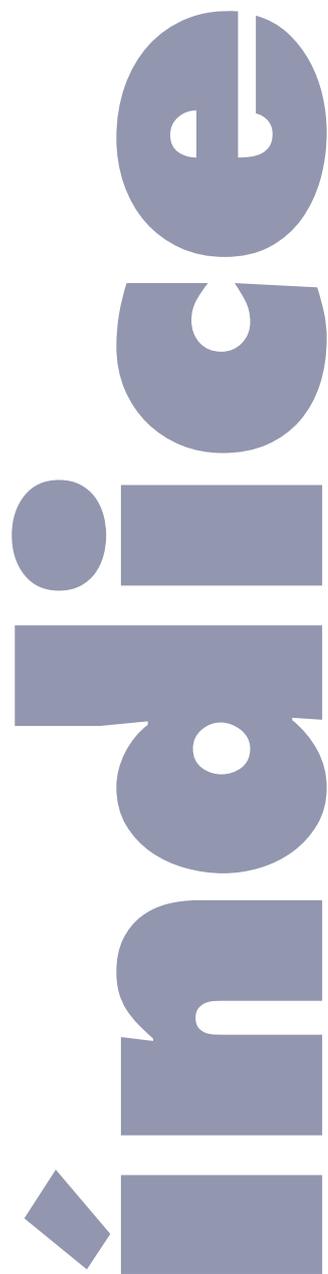
Sérgio Ávila

Sónia Nicolau

Tiago Branco

Tibério Dinis

Vítor Fraga



INTRODUÇÃO

Servir os Açorianos | pág. 5

1. AFIRMAR OS AÇORES | pág. 7

Afirmar os Açores pelo nosso Mar | pág. 12

Afirmar os Açores no plano externo | pág. 14

Afirmar os Açores com os jovens Açorianos | pág. 19

Afirmar os Açores pelo Poder Local | pág. 21

2. REFORÇAR A COESÃO | pág. 22

O desafio demográfico | pág. 23

Reforçar a coesão territorial | pág. 27

Mais mobilidade e melhores acessibilidades | pág. 28

Reforçar a coesão partindo da diferença | pág. 33

Reforçar a coesão económica | pág. 36

Pela exigência no Serviço Público | pág. 40

Reforçar a coesão social | pág. 42

3. QUALIFICAR A DEMOCRACIA | pág. 50

Democracia informada | pág. 53

Um partido moderno ao serviço dos Açorianos | pág. 56

A apresentação da Moção Global de Estratégia “Pelos Açores Com os Açorianos” ao XVII Congresso Regional do PS/Açores tem um objetivo muito concreto e serve um propósito muito definido:

Servir os Açorianos!

São eles a força motriz e a razão de ser do projeto político que o PS/Açores tem desenvolvido e quer, ainda mais, desenvolver nas freguesias, nos municípios e a nível regional, bem como no plano nacional e europeu.

Para nós, o exercício da atividade política, seja a que nível for, é um instrumento que deve estar ao serviço das pessoas, estar ao serviço da construção das melhores respostas para vencer os desafios que as famílias, os trabalhadores, as empresas, em suma, o Povo Açoriano, tem pela frente.

Por isso, e para isso, o PS/Açores assume, em permanência, uma postura de inconformismo e de exigência, de questionar, de melhorar e de inovar.

E de mudar políticas, soluções ou protagonistas, sempre que isso se afigurar ser o melhor para os Açores.

Os três pilares em que se alicerça esta Moção são “Afirmar os Açores”, “Reforçar a Coesão” e “Qualificar a Democracia”.

Partindo destas ideias, o PS/Açores afirma-se pronto para vencer os desafios que estão à nossa frente.

Desafios do nosso desenvolvimento e da sua sustentabilidade, bem como desafios sectoriais como os relativos ao apoio à Infância, à Juventude e aos Idosos, os desafios da criação de riqueza e de emprego, desafios da qualificação dos trabalhadores, dos empresários e conseqüente melhoria do seu rendimento e, ainda desafios de desbravar e rentabilizar, em benefício do Povo Açoriano, novas áreas de desenvolvimento como o Mar ou o Espaço.

**AFIRMAR
OS AÇORES,
REFORÇAR
A COESÃO
E
QUALIFICAR
A DEMOCRACIA**



Para vencer esses desafios, para além do mérito das propostas que construímos, é imprescindível merecermos a confiança dos Açorianos.

À medida que nos aproximamos de um novo ciclo eleitoral, com início nas eleições europeias do próximo ano, para nós é fundamental partilhar com os Açorianos o modo como nos posicionamos para esses momentos de forma a reforçarmos a relação de confiança que com eles temos.

As eleições europeias do próximo ano constituem um momento de afirmação dos Açores no âmbito europeu.

É, assim, fundamental essa representação política, bem como a afirmação de uma voz legitimada pelos Açorianos, para ajudar a defender os interesses da nossa Região nesse espaço cada vez mais importante e determinante para a nossa vida coletiva.

Nas eleições legislativas nacionais, é essencial para os Açores manter e reforçar a relação de confiança que deu a vitória ao PS nas eleições de 2015, e, ao mesmo tempo, reforçar as condições para o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo da República, também em benefício dos Açores e dos Açorianos.

Num e noutro plano, o PS/A apresentar-se-á a essas eleições com propostas e com candidatos que, **PELOS AÇORES E COM OS AÇORIANOS**, resultem numa vitória face aos desafios do Futuro.

AFIRMAR OS AÇORES

Nas últimas duas décadas, a par do exercício da governação, o Partido Socialista dos Açores tem liderado os movimentos de reflexão e aprofundamento da Autonomia, enquanto meio para alcançar as melhores e mais adequadas soluções para os desafios específicos da Região, mas, sobretudo, as melhores respostas para os Açorianos.

Esse papel liderante, que queremos manter, é resultado de uma noção muito clara de que a concretização prática dos princípios autonómicos é um processo dinâmico, sujeito a constantes desafios e reptos, e que se afirma e reforça de cada vez que se ousa questionar e repensar.

O PS/A não busca uma Autonomia confortável, mas sim uma Autonomia arrojada, feita de envolvimento, empenho e superação. Uma Autonomia dinâmica que, assente na condição específica da nossa Região, se afirma pela adequação das respostas que é capaz de promover, em benefício do Povo Açoriano.

Este é o compromisso do PS/Açores - partido que está orgulhosamente na origem matricial da Democracia Portuguesa e da Autonomia Político-Administrativa que só aquela permitiu e legitimou - e que reiteramos e renovamos em permanência.

Efetivamente, e desde logo, nenhuma revisão constitucional ou estatutária se fez sem a participação ativa e proponente do PS, em Lisboa ou nos Açores.

O PS/Açores é, assim, a força da Autonomia, da estabilidade política e da afirmação dos Açores no plano nacional e internacional.



OS AVANÇOS DA NOSSA AUTONOMIA TÊM A MARCA DO PS/AÇORES

Daí que seja sempre útil, quer em termos de pedagogia democrática, quer em termos de afirmação e reposição da verdade histórica, e contra todas as amnésias, relembrar o percurso de fundamental consolidação e ampliação que a nossa Autonomia Democrática conheceu desde 1996, no qual o PS/Açores teve maior responsabilidade e acrescida influência, por vontade livre e legitimadora dos Açorianos.

Sucessivos aperfeiçoamentos e revisões, permitiram chegar ao atual quadro jus-constitucional, e, designadamente:

- **Extinguir o cargo de Ministro da República**, bem como clarificar e ampliar a nossa competência legislativa;
- **Aprovar a Lei de Finanças das Regiões Autónomas**, a qual, para além de garantir, com critérios objetivos, os valores da estabilidade, previsibilidade e segurança no relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas, consagrou em lei a devida solidariedade financeira do Estado e a adaptação fiscal favorável às famílias e às empresas açorianas;
- **Aprovar a revisão estatutária de 2009**, que transformou o Estatuto Político Administrativo numa verdadeira Carta Política e consagrou os direitos da Região e do Povo Açoriano, e introduziu, por exemplo, o conceito de gestão partilhada do nosso Mar e ampliou as competências dos Açores em matéria de relações externas;
- **Aprovar uma Lei Eleitoral** que veio, comprovadamente, introduzir mais pluralidade no nosso sistema político e reforçar a correspondência da verdade da representação parlamentar à verdade do voto dos Açorianos.

Estes são alguns dos avanços da nossa Autonomia que têm impressa a marca do Partido Socialista dos Açores, quer na sua propositura, quer na sua aprovação, quer, ainda, na sua concretização.

Mais recentemente, e entre tantos outros exemplos, foi ainda com governos socialistas nos Açores e em Lisboa que ficou legalmente consagrado o direito de reciprocidade no acesso entre os sistemas nacional e regional de saúde, permitindo, assim, corrigir uma injustiça que excluía os Açorianos do acesso, em igualdade, ao Serviço Nacional de Saúde.

Como a realidade bem demonstra e comprova, o percurso de consolidação e afirmação do nosso modelo de desenvolvimento e de organização política e social, não foi – nem é – isento de dificuldades e de desafios, desde logo no que diz respeito à correta interpretação e compreensão das Autonomias regionais.

Porque a Autonomia é a melhor e mais justa forma de nos auto-organizarmos, pela preservação e promoção da nossa identidade e pela permanente busca de novos e melhores patamares de crescimento económico e bem-estar social, integram já o adquirido autónomico medidas como a compensação/redução dos chamados custos da insularidade (adaptação fiscal, harmonização do tarifário elétrico, subsídio de mobilidade ao transporte aéreo, entre outros), bem como aquelas outras de efetiva compensação desses custos como, por exemplo, o salário mínimo regional, a remuneração complementar para os funcionários públicos e complementos de pensão, para os reformados, aposentados e pensionistas, e de abono de família para crianças e jovens.

Apesar da consolidação destas medidas estruturantes, e dos progressos alcançados em matéria autónómica, quer ao nível institucional e legal, quer ao nível de variadas e concretas medidas de apoio social, o PS/Açores reitera a sua convicção de que a Autonomia é um processo dinâmico, que requer contínuos aperfeiçoamentos, face à constante evolução do mundo globalizado em que nos inserimos, e inclusive também na decorrência de conquistas recentes cuja implementação foi restritivamente interpretada e aplicada pela República.

É o caso, certamente em homenagem a velhos atavismos centralistas, do conceito de gestão partilhada do Mar dos Açores, com a defeituosa e limitada consagração, em legislação nacional, dos poderes dos Açores em matéria de ordenamento e gestão do nosso espaço marítimo, o que, aliás, já motivou uma oportuna iniciativa legislativa do nosso Governo dos Açores, e que se encontra em apreciação na Assembleia Legislativa dos Açores.

Também por impulso propositivo do PS/Açores, que mereceu na respetiva sede institucional aprovação unânime de todos os grupos e representações parlamentares, foi criada a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia, que atualmente desenvolve os seus trabalhos.

A AUTONOMIA É A MELHOR E A MAIS JUSTA FORMA DE NOS ORGANIZARMOS



Em coerência com os princípios traçados e aprovados na Moção Global de Estratégia, “Uma Autonomia Forte ao Serviço dos Açorianos”, o PS/Açores reitera a pertinência das traves-mestras então traçadas como norteadoras da reforma a empreender.

O PS/Açores assume que é também **objetivo da Autonomia reforçar os mecanismos de cidadania e participação livre e democrática dos cidadãos, garantir o aperfeiçoamento no sistema político regional das relações eleitor/eleito e inovar na acessibilidade e a proximidade dos cidadãos.**

Neste âmbito, e sem prejuízo das conclusões do estudo que o Parlamento dos Açores, por proposta do PS, solicitou à Universidade dos Açores, relacionado com a real dimensão e causas concretas do fenómeno da abstenção, há já indícios suficientes de uma efetiva discrepância entre a abstenção oficial/técnica e a real, na sequência de alterações legislativas ocorridas a nível nacional (relacionadas com a titularidade do cartão de cidadão e seus automatismos ao nível do recenseamento eleitoral), e que têm especiais efeitos de distorção nos Açores, face às nossas especificidades atinentes ao peso relativo da emigração e mobilidade – e que devem, concomitantemente, merecer adequação legislativa.

Propostas:

- adoção do voto eletrónico nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região.
- consagração do sistema de listas abertas, prevendo a possibilidade do eleitor, para além da escolha do partido, definir a ordenação de candidatos.
- flexibilização e simplificação do voto antecipado.
- possibilidade de apresentação de listas de cidadãos independentes às eleições para a Assembleia Legislativa.
- eliminação da proibição constitucional de partidos regionais.

Também aqui, é de inconformismo e exigência que fala a ação e a postura do PS/Açores na construção de uma Autonomia de resultados para as Açorianas e Açorianos.

Assim, assumindo uma dimensão da Autonomia como meio de aprofundamento e melhoria da Democracia, consideramos essencial a adoção de um conjunto de medidas desburocratizadoras e facilitadoras da participação.

De entre estas, relevam como especialmente importantes, a adoção do voto eletrónico nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região, a consagração do sistema de listas abertas, prevendo a possibilidade do eleitor, para além da escolha do partido, definir a ordenação de candidatos, a flexibilização e simplificação do voto antecipado, transformando esta possibilidade numa verdadeiro incentivo à participação, a possibilidade de apresentação de listas de cidadãos inde-

pendentes às eleições para a Assembleia Legislativa, com a correlativa exigência do preenchimento de requisitos que garantam o caráter tendencialmente regional das candidaturas, bem como a obrigatoriedade de uma declaração programática de propositura, a eliminação da proibição constitucional de partidos regionais, bem como a realização, pelos poderes públicos e sociedade civil, de campanhas de sensibilização para a cidadania.

De igual modo, no âmbito da atualização do figurino político institucional da Autonomia, o PS/Açores considera ser chegada a hora de extinguir o cargo de Representante da República, atribuindo as competências dessa entidade a órgãos regionais, criados ou a criar.

O facto destas alterações, pela sua natureza e na sua globalidade, implicarem uma revisão constitucional, que dependerá sempre de um processo parlamentar nacional, não nos deve impedir de, ao nível político, propor e reivindicar um conjunto de aperfeiçoamentos, tendo em vista o reforço, quer da nossa Autonomia, quer da natureza parlamentar do nosso sistema político.

Neste sentido, o PS/Açores, no âmbito da Reforma da Autonomia, defende a eleição do Presidente do Governo pelo Parlamento dos Açores e a sua nomeação pelo Presidente da República, a assinatura dos diplomas regionais para promulgação pelo Presidente do Governo, a nomeação dos membros do Governo Regional exclusivamente pelo seu Presidente, a presença do Presidente do Governo no Conselho de Ministros, sempre que aí sejam tratadas matérias que digam respeito ou sejam do interesse da Região; a representação do Estado na Região pelo Presidente do Governo e a extinção do veto político aos diplomas regionais.

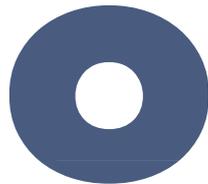
No que respeita à **competência de suscitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade** ou legalidade dos diplomas regionais, a mesma **deverá ser exercida por órgão regional, existente ou a criar**, de natureza exclusivamente técnica e devendo ser esta a sua única competência.

Independentemente do tempo em que tiverem vencimento na lei, consideramos relevante salientar que as mesmas devem apenas entrar em vigor no início da legislatura regional seguinte àquela em que forem aprovadas.

Propostas:

- eleição do Presidente do Governo pelo Parlamento dos Açores e a sua nomeação pelo Presidente da República.
- promulgação dos diplomas regionais pelo Presidente do Governo.
- nomeação dos membros do Governo Regional exclusivamente pelo seu Presidente.
- presença do Presidente do Governo no Conselho de Ministros, sempre que aí sejam tratadas matérias que digam respeito ou sejam do interesse da Região.
- representação do Estado na Região pelo Presidente do Governo.
- extinção do veto político aos diplomas regionais.

AFIRMAR OS AÇORES PELO NOSSO MÁR



Mar dos Açores representa 55% do mar português e 6% da Zona Económica Exclusiva da União Europeia.

Região de pequena dimensão quando considerado apenas o seu território terrestre, os Açores afirmam-se como uma das maiores regiões da Europa quando, àquele, juntamos a vastíssima área que, recordemo-lo, se diz nacional porque é açoriana.

O Mar é parte essencial da condição do ser Açoriano, enquanto horizonte e via aberta a todas as nossas aspirações, e, com o aval da história e da geografia das nossas ilhas, confere singularidade e identidade à nossa comunidade no contexto nacional e externo.

A nossa Região, com a governação do PS, foi a primeira região da UE a implementar a rede Natura 2000 marinha, e a primeira a criar "Sítios de Interesse para a Conservação" fora das zonas costeiras e litorais e a profundidades abaixo dos 200m.

Nestas, como em tantas outras medidas que enriquecem o património das políticas dos Açores relativas ao Mar, reconhecemos e enalte-

ceмос o papel desempenhado pela Universidade dos Açores na qualificação das políticas públicas nesse domínio, bem como o potencial que a sua ação ainda encerra para uma cada vez mais profícua relação dos Açorianos com o meio marinho.

Hoje, vivemos tempos que exigem um forte envolvimento de cooperação transregional, transnacional e transoceânica, até porque, como tem sido amplamente demonstrado, o impacto das transformações globais não depende primariamente das fronteiras entre estados ou das forças motrizes que os moldam.

Assim, é cada vez mais claro que **governança e gestão exigem o compromisso e a participação de todos**. Exigem a implementação de responsabilidades partilhadas para governar questões comuns.

Não obstante os avanços que se têm verificado quanto à definição de um quadro jurídico-institucional que consagre essa nossa vocação, e dê corpo aos legítimos interesses da Região nesta matéria, o modelo de procedimento previsto no regime jurídico existente e, sobretudo, algumas das interpretações que se pretendem afirmar como prevaletentes, tendem a configurar uma relação tutelar do Estado sobre a Região onde, antes, deveria existir uma relação de gestão conjunta.

Aquela que constitui a posição do PS/Açores neste domínio é clara e é inequívoca:

Repudiamos esse relacionamento tutelar e defendemos que a gestão do espaço marítimo, nas suas componentes de abertura, condução e decisão dos procedimentos relativos, quer à preservação e proteção de ambientes marinhos, quer à prospeção, exploração, conservação e gestão de recursos relevantes para o desenvolvimento científico, a economia, o emprego e a qualidade de vida na Região, é do interesse vital e estratégico dos Açores e não pode deixar de ser decidido pelos Açorianos.

A legitimidade e justeza dos interesses da Região quanto à gestão do seu Mar não pode depender do maior ou menor grau de indeterminação de um ou outro conceito jurídico.

A GESTÃO DO ESPAÇO MARÍTIMO É DO INTERESSE VITAL E ESTRATÉGICO DOS AÇORES



A AUTONOMIA NÃO É A SOMA DOS RESTOS DA SOBERANIA

Neste domínio, a partilha das competências e das responsabilidades entre a República e a Região não resulta de uma concessão daquela a esta, nem pode ser admitida como dependente do estado do relacionamento político e institucional entre os órgãos da República e os órgãos de governo próprio da Região.

Neste, como aliás noutros domínios, a Autonomia não é, nunca pode ser, a soma dos restos da soberania.

A Autonomia é a afirmação, por direito próprio, de um princípio descentralizado de auto-governo.

Esta é a agenda, na qual o PS/Açores continuará empenhado, no âmbito do trabalho desenvolvido pelos seus representantes na Assembleia Legislativa dos Açores, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

AFIRMAR OS AÇORES NO PLANO EXTÉRNO

Também no plano da atuação externa da Região, no quadro da sua participação no projeto europeu e no relacionamento com entidades congéneres de âmbito internacional, particularmente nos países de maior implantação da nossa Diáspora, permanecem por suplantar alguns equívocos relacionados com um entendimento restritivo dos preceitos constitucionais em matéria de política externa.

É certo que, desde a integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, a Região tem vindo a registar sólidos pro-

gressos ao nível da sua participação efetiva nas negociações de âmbito comunitário que envolvem matérias de particular interesse para os Açores.

Deve ser também reconhecido que tem havido, da parte da República, um entendimento favorável à afirmação do conceito de Ultraperiferia enquanto instrumento político de salvaguarda das especificidades da Região no plano comunitário, conjuntamente com os outros Estados Membros que englobam regiões ultraperiféricas.

Tem sido, igualmente, tradição a existência de um conselheiro encarregue especificamente das questões comunitárias que envolvem a Região ao nível da Representação Permanente de Portugal (REPER) junto da União Europeia, e mais recentemente foi concretizada a aspiração de a Região dispor de um gabinete de representação própria em Bruxelas.

No plano político-partidário, o Partido Socialista tem honrado a representação dos Açores no Parlamento Europeu, através da inclusão de um candidato indicado pelo PS/Açores nas listas de candidatos.

Porém, a maturidade entretanto alcançada pelos mais de 30 anos de integração europeia e de mais de 40 anos de Autonomia, a que acresce a densificação do relacionamento entre as instituições comunitárias e a Região, abarcando áreas tão diversas e significativas como a Agricultura, as Pescas, o Mar, o Ambiente, mas também o Emprego, a Formação Profissional e o Investimento, entre outras, colocam-nos num novo patamar de exigência e acarretam desafios que não se coadunam com uma representação informal e dependente de boas vontades políticas.

A isso acresce a intensa concorrência regional que se verifica no seio das instituições da União Europeia, conferindo redobrada premência à permanente ação de salvaguarda e defesa do estatuto de Ultraperiferia.

Ora, o modo de eleição dos representantes de cada Estado Membro no Parlamento Europeu depende da livre escolha dos próprios estados.

30 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA E MAIS DE 40 DE AUTONOMIA REGIONAL COLOCAM NOVAS EXIGÊNCIAS



Propostas:

- criação de um círculo regional próprio de cada região autónoma para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu.
- consagrar nas embaixadas de Portugal em Washington e em Otava a existência de um conselheiro com especial ligação aos Açores, a indicar pelo Governo dos Açores.

Uma Região que beneficia do reconhecimento das suas particularidades territoriais, históricas e culturais, e que é destinatária de políticas europeias adaptadas e/ou específicas, deve ver reconhecido paralelamente o direito de eleger diretamente os seus representantes políticos, integrados naturalmente no contingente nacional no Parlamento Europeu.

Assim, o PS/Açores defende a criação de um círculo regional próprio de cada região autónoma para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu.

Recorde-se que é isso que acontece, por exemplo, em países de forte tradição regional, como são os casos da Itália (cinco circunscrições eleitorais, sendo uma delas dedicada às ilhas), da Bélgica (três circunscrições eleitorais), da Polónia (13 circunscrições eleitorais) ou da Irlanda (três circunscrições).

Por outro lado, e respeitando a limitação constitucional de pautar a sua atuação no plano exterior pelos princípios gerais de política externa do Estado português, a Região não deve deixar de buscar formas de incrementar a eficácia da sua ação na defesa dos seus interesses específicos junto de entidades externas de carácter homólogo ou, em articulação com a República, perante instituições políticas de países terceiros, sempre que isso implicar diretamente aspirações regionais.

O PS/Açores acredita, por isso, firmemente na necessidade de se incrementar a presença institucional da Região junto dos organismos com poder de representação institucional, sobretudo nos países de maior implantação da diáspora açoriana, em particular nos Estados Unidos e no Canadá bem como de alargar a sua atuação a todo o espaço da Macaronésia.

A presença portuguesa na América do Norte é fortemente dependente das populações de origem açoriana aí radicadas e do seu peso específico junto das comunidades onde se inserem. O acompanhamento próximo, a criação de canais fluídos de comunicação com as várias instâncias políticas, e a procura e estabelecimento de parcerias estratégicas que alavanquem os interesses regionais dependem fortemente de um trabalho permanente e específico

de sensibilização, que, em simultâneo, reforçará o reconhecimento da importância das comunidades portuguesas.

O PS/Açores entende a afirmação dos Açores no plano externo também numa vertente de projeção da Região enquanto destino de investimento pela afirmação do seu valor geoestratégico.

Para que essas potencialidades sejam concretizadas na sua plenitude, no contexto atual de forte pressão concorrencial, os Açores têm de tirar o máximo partido da sua ligação histórica com os Estados Unidos e com o Canadá, assumindo por direito próprio uma ação de sensibilização próxima e permanente, que não dependa de situações específicas de necessidade, mas que configure um descomplexado reconhecimento da nossa dimensão atlântica e da nossa voz própria no diálogo entre Portugal e os países da América do Norte.

Neste sentido, e à semelhança do que acontece na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, (REPER), também nas Embaixadas de Portugal em Washington e em Otava deve estar consagrada a existência de um conselheiro com especial ligação aos Açores, a indicar pelo Governo dos Açores, e encarregue especificamente de propor, acompanhar e atuar, em articulação com os órgãos próprios de governo da Região, nas matérias com impacto direto ou indireto na Região ou junto das nossas comunidades emigradas.

Há, a propósito da afirmação externa da nossa Região, uma matéria sobre a qual que não pode deixar de ser expresso o entendimento do PS/Açores.

O Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em 1995, previa, no caso específico dos Açores, que a modalidade anterior de pagamento de uma verba diretamente revertível para o Orçamento Regional fosse substituída pela possibilidade de desenvolvimento de projetos de cooperação de interesse específico para a Região, os quais, a par dos postos de trabalho e dos benefícios económicos resultantes de um grande contingente de militares americanos e suas famílias existentes nas Lajes, redundariam num modelo mais eficaz de promoção de contrapartidas para os Açores.

PROJECTAR A REGIÃO ENQUANTO DESTINO DE INVESTIMENTO PELA AFIRMAÇÃO DO SEU VALOR GEOESTRÁTÉGICO



Proposta:

- desencadear a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, com o objetivo de corrigi-lo ou, em alternativa, serem criados mecanismos nacionais que evitem que essa relação, nos moldes em que está atualmente, se processe onerando os Açores.

É um facto que os projetos de cooperação apresentados não têm tido o apoio, financeiro ou outro, comparável com a realidade anterior, enquanto que os postos de trabalho e os benefícios económicos, diretos e indiretos, são hoje infinitamente menos do que foram antes da redução de 2013, e ainda menores do que em décadas anteriores.

Para o PS/Açores, mesmo considerando que a relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América não se limita nem restringe a esta área, é evidente que o Acordo de Cooperação e Defesa está a produzir mais-valias apenas para uma das partes, traduzindo-se, assim, numa relação profundamente desequilibrada a favor dos Estados Unidos e em prejuízo do nosso País.

Esse desequilíbrio não pode, nem deve, existir, e muito menos à custa dos Açores.

Assim, a manter-se o nível de desequilíbrio atualmente existente, o PS/Açores defende que deve ser desencadeada a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, com o objetivo de corrigi-lo ou, em alternativa, serem criados mecanismos nacionais que evitem que essa relação, nos moldes em que está atualmente, se processe onerando os Açores.

No plano da afirmação externa dos Açores, torna-se, pois, estratégico desenvolver uma nova ação num espaço mais alargado, externo ao nosso arquipélago: um novo espaço geográfico de Povo – o espaço da nossa Diáspora; um espaço geográfico de comércio – a Macaronésia; e um espaço identitário de destino comum – a União Europeia, com a qual partilhamos a construção de um futuro, de uma identidade e de uma cidadania comuns.

INVESTIR EM NOVOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DE POVO, DE COMÉRCIO, E DE DESTINO COMUM: A NOSSA DIÁSPORA, A MACARONÉSIA, E A UNIÃO EUROPEIA

AFIRMAR OS AÇORES COM OS JOVENS AÇORIANOS

A Juventude açoriana é sinónimo de presente e de futuro dos Açores. A nossa afirmação enquanto Povo e enquanto Região passa pelo envolvimento dos jovens açorianos na construção do seu futuro e do futuro dos Açores.

O PS/Açores incentiva uma sociedade que valoriza os seus jovens como motor de permanente criatividade, inovação, inconformismo e insatisfação, em que possam ser, simultaneamente, destinatários e coautores das políticas públicas direccionadas para a Juventude.

O aumento das qualificações, a aposta na formação pessoal, o fomento do empreendedorismo, a par de programas de apoio que visam a empregabilidade e o acesso a habitação por famílias jovens constituem um esteio indispensável para a promoção da emancipação jovem.

Os Açores são uma das regiões mais jovens do País. Simultaneamente, encontramos-nos numa fase de desenvolvimento em que, indubitavelmente, a Região conta com a geração com maior índice de qualificação da sua história.

É, pois, fundamental aproveitar esta oportunidade para que os Açores possam tirar partido das mais-valias e competências decorrentes do crescente aumento de qualificações dos seus ativos.

Neste sentido, o PS/Açores irá promover, com carácter regular e anualmente, um fórum com jovens das 9 ilhas dos Açores, no qual serão apresentadas, debatidas e apreciadas, ideias para melhorar as políticas públicas, para dinamizar a proximidade, a par-

Proposta:

- promover com carácter regular um fórum com jovens das 9 ilhas dos Açores, no qual serão apresentadas, debatidas e apreciadas, ideias para melhorar as políticas públicas e para dinamizar a proximidade, a participação e o envolvimento dos cidadãos.



participação e o envolvimento dos cidadãos, e reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

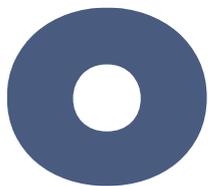
O PS/Açores entende que a construção do futuro dos Açores implica, necessariamente, o envolvimento, a participação e o empenhamento dos jovens açorianos e que estes têm o direito de se quererem fixar e viver na terra que os viu nascer.

A reforma das nossas instituições é, também, com esse sentido de futuro que está ser construída, tendo em consideração o ensejo de deixar às gerações vindouras uns Açores com uma Autonomia reforçada, instituições democráticas sólidas, com uma economia diversificada, um setor primário moderno e sustentável, com garantias de preservação do seu património cultural e ambiental, abertos ao mundo e com iniciativa de nele participar ativamente nas grandes questões que são centrais para todos, como o desenvolvimento sustentado, a gestão e a distribuição dos recursos, a governação dos oceanos, os impactos das alterações climáticas nas economias, e a presença em setores de vanguarda como, por exemplo, na indústria aeroespacial.

Uma Região mais apta a prosseguir com os desafios de se afirmar num mundo em permanente mudança, com cada vez melhores serviços para quem nela vive ou a visita, geradora de igualdade de oportunidades, com qualidade de vida e coesão social, na qual todos os cidadãos se podem realizar autonomamente.

**QUEREMOS
DEIXAR
ÀS GERAÇÕES
VINDOURAS
UNS AÇORES
COM UMA
AUTONOMIA REFORÇADA,
INSTITUIÇÕES
DEMOCRÁTICAS SÓLIDAS,
E COM UMA ECONOMIA
DIVERSIFICADA**

AFIRMAR OS AÇORES PELO PODER LÓCAL



PS/Açores é o maior partido autárquico nos Açores.

O trabalho desenvolvido pelos eleitos nas listas do PS/Açores, seja ao nível de freguesia, seja ao nível dos municípios, na concretização dos projetos de desenvolvimento de cada uma das localidades ou na disponibilidade e dedicação quotidianas com que servem as populações é, para nós, motivo de orgulho.

Também aqui, assumimos e reiteramos que a melhor forma de servir é a ambição de cada vez fazer mais e melhor pelos Açorianos, imbuídos do espírito de inconformismo e exigência com que o PS/Açores deve nortear a sua ação política.

Essa ambição, esse inconformismo e essa exigência passam, não apenas pela atenção dirigida à ação quotidiana, mas, também, pela resposta a novas áreas de intervenção e a satisfação de necessidades emergentes que as mudanças da nossa sociedade nos impõem e exigem.

No plano interno, o PS/Açores assume a necessidade de trazer mais dinamismo e novo impulso à ação da Associação Socialista de Autarcas Açorianos, no âmbito da qual, e para além de uma contínua aposta na formação dos quadros políticos, se possa, igualmente, materializar um serviço de apoio aos nossos autarcas, especialmente os que desempenham funções nas assembleias e nas juntas de freguesia, em benefício das populações que servem.

**A MELHOR
FORMA DE
SERVIR É A
AMBIÇÃO DE
CADA VEZ
FAZER MAIS
E MELHOR
PELOS
AÇORIANOS**

REFORÇAR A COESÃO

Um dos objetivos fundamentais da Autonomia Regional, estatutariamente consagrado, consiste no desenvolvimento económico e social da Região e no bem-estar e qualidade de vida das pessoas, baseados na coesão económica, social e territorial e na convergência com o restante território nacional e com a União Europeia.

A promoção da coesão económica e social de todo o território nacional, incluindo a correção das desigualdades derivadas da insularidade das regiões autónomas, é, também, uma das incumbências prioritárias do Estado, expressamente plasmada no texto constitucional.

Foi com a fundação da Autonomia e com a consolidação da democracia que a coesão se tornou, simultaneamente, um dos esteios e um dos objetivos das políticas públicas nos Açores.

Ao longo das últimas décadas, e com a Autonomia, os Açores transformaram-se radicalmente.

Não só a Autonomia contribuiu, decisivamente, para projetar uma maior consciência coletiva de Região, como consolidou e reforçou a nossa identidade comum como Povo, e arrancou os Açores do esquecimento, do abandono e do desinvestimento público a que tinha sido votado durante séculos.

Em todas as 9 ilhas dos Açores, as Açorianas e os Açorianos realizaram, ao longo destas últimas décadas, uma indispensável e notável obra de infraestruturação que mudou, irreversivelmente, a face da Região e projetou-a para níveis de desenvolvimento sem paralelo na sua história.

O PS/Açores orgulha-se do património de propostas e realizações que, quer na oposição, quer na governação da Região, logrou alcançar em aliança com as Açorianas e os Açorianos.

A AUTONOMIA TRANSFORMOU RADICALMENTE OS AÇORES

Não o reconhecer, como tem sido mais recentemente apanágio de alguma oposição política, é, não só um manifesto e grave erro, na medida em que não corresponde à realidade, como é, também, um desmerecimento do trabalho realizado por gerações de Açorianos que, sucessivamente, ao longo destas últimas quatro décadas, deram o melhor de si, e com resultados francamente positivos, em prol do desenvolvimento dos Açores.

Com a confiança que a maioria dos Açorianos depositou no PS/Açores, cumprimos o compromisso de promover uma verdadeira coesão, assente numa grande desoneração dos custos dos transportes, da energia e das comunicações e num grande apoio ao investimento do setor privado, através da criação de um regime de incentivos que diferenciou positivamente as ilhas mais pequenas, as quais sentiram, também, um reforço significativo do nível de investimento público.

O PS/Açores tem sabido, ao longo dos anos, interpretar e encontrar, em conjunto com a sociedade açoriana, os melhores caminhos para a definição e implementação de uma verdadeira política de coesão, integradora e agregadora de todas as ilhas, de todos os concelhos e de todas as freguesias.

Uma especial referência nesse âmbito para o papel da Universidade dos Açores, quer por aquilo que permitiu alcançar, desde logo, o contributo para o reforço da qualificação dos Açorianos, quer pelos novos horizontes que a sua ação desbrava e que devem constituir, também, alicerces para o nosso desenvolvimento futuro.

O DESAFIO DEMOGRÁFICO

De entre os vários desafios que avultam quando falamos do reforço da Coesão nos Açores, a demografia assume uma natureza verdadeiramente estrutural e decisiva para o nosso futuro como Povo e como Região.



É NECESSÁRIO APROFUNDAR AS MEDIDAS PARA MELHORAR A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PESSOAL E FAMILIAR E A VIDA PROFISSIONAL

Nesse âmbito, o PS/Açores entende que é central a definição de políticas públicas que tenham em conta a realidade do envelhecimento da população, sem prejuízo das medidas que se mostrem adequadas a melhorar os indicadores da natalidade.

Essencial é não cair no erro de pensar que esse é um desafio apenas de alguns concelhos ou de algumas ilhas.

Para alguns partidos da oposição, o decréscimo populacional em algumas das Ilhas mais pequenas representa o falhanço das políticas de coesão do Governo e, até mesmo, – pasmem-se! –, da própria Autonomia Regional.

A conclusão é errada, resulta de uma análise superficial e descontextualizada. Ignora que a Democracia permite a livre circulação de pessoas. Omite que a atual tendência mundial é de concentração populacional nas grandes zonas urbanas. E, finalmente, esquece a tendência generalizada de redução das taxas de natalidade.

Se dúvidas existissem, bastaria ver, por exemplo, o que se verifica em Ponta Delgada, concelho dos Açores com maior dimensão.

Num território com continuidade geográfica, onde as políticas de coesão são muito menos onerosas, mais fáceis de implementar e onde é mais fácil gerar sinergias, assiste-se à concentração populacional em torno dos arcos urbanos Relva-Livramento e Capelas-Fenais da Luz. O resto do território está em acentuado processo de desertificação.

Importa, por isso, aprofundar a análise, combater a demagogia e definir e concretizar soluções estruturais.

De modo a garantir que as políticas públicas que venham a adotar-se tenham perspectivas favoráveis de influenciar este indicador, o PS/Açores entende ser da maior utilidade que se comece por atualizar o conhecimento em matéria de representações sociais da parentalidade e fatores que condicionam, e como condicionam, os projetos de descendência por parte dos indivíduos.

É imperativo distinguir a descida da natalidade que a modernidade trouxe, da descida que é condicionada por fatores suscetíveis de serem influenciados por políticas públicas.

Inerente a este processo está a constatação que **as políticas públicas nesta área tendem a produzir efeitos no médio-longo prazo.**

Atualizado este conhecimento, poderá avançar-se de forma mais concretizada e realista para a conceção e concretização de políticas públicas sustentadas no conhecimento e na análise prospetiva.

Tal não invalida, bem pelo contrário, a necessidade de aprofundar as medidas para melhorar a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a vida profissional. Ou seja, as medidas que ajudem as famílias açorianas.

Nesta área, e entre outras, reitera-se a importância de as escolas terem condições para permitir a permanência das crianças e adolescentes para além do seu horário letivo, através da dinamização de atividades de tempos livres de natureza desportiva, cultural, recreativa, científica, de voluntariado, tornando aquele horário compatível com o horário dos pais e sem necessidade de propagar respostas de tipo ATL.

Aqui, e a título de exemplo, deverá ser lançado o desafio da mobilização, mediante protocolos, dos recursos disponíveis na comunidade como clubes desportivos, associações musicais, culturais e recreativas.

Nos maiores centros urbanos, onde existam infraestruturas de comércio e serviços que funcionem em horário noturno ou por turnos, o PS/Açores considera importante ter respostas de creche e de apoio para outras faixas etárias acessíveis às famílias em horários compatíveis com o horário laboral.

As famílias monoparentais devem ser alvo de medidas especiais de proteção, pelo risco inerente à insuficiência de recursos, financeiros e não só, para responder às necessidades básicas dos filhos a cargo.

Por último, uma referência à Economia e ao Emprego, como motores fundamentais da atratividade dos territórios e da fixação das populações.

Propostas:

- melhorar as respostas de creches em horários compatíveis com o horário laboral, especialmente nos maiores centros urbanos onde existam infraestruturas de comércio e serviços que funcionem em horário noturno ou por turnos.
- promover medidas especiais de proteção para as famílias monoparentais.
- reforçar a importância de as escolas terem condições para permitir a permanência das crianças e adolescentes para além do seu horário letivo, através da dinamização de atividades de tempos livres de natureza desportiva, cultural, recreativa, científica, de voluntariado, tornando aquele horário compatível com o horário dos pais e sem necessidade de propagar respostas de tipo ATL.

Propostas:

- criação de incentivos para promover a fixação de residência nos concelhos mais afetados pela redução demográfica.
- criação de um Programa de Incentivo ao Regresso de Jovens, após a conclusão da sua formação superior.
- criação de um sistema de apoio específico para os agregados familiares com mais de 3 filhos.
- definição de incentivos à reabilitação de edifícios degradados, para arrendamento habitacional de longa duração, para jovens casais e/ou famílias.
- criação de incentivos dirigidos às empresas que criem novos empregos, com contratos de trabalho sem termo, nas localidades mais afetadas pela redução demográfica.

O PS/Açores assume como alicerce fundamental para vencermos o desafio da demografia, a aliança virtuosa entre, desde logo, três políticas que são de importância decisiva para o combate ao decréscimo demográfico e à desertificação dos territórios.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento económico e a criação de emprego como fator de atratividade do território e de fixação de populações.

Em segundo, a existência de infraestruturas e medidas de apoio social, quer dirigidas à infância e à juventude, quer dirigidas a idosos, as quais, para além de contribuírem para a resposta às necessidades de conciliação da vida profissional com a vida familiar, são biunívocas nos seus efeitos. Ou seja, não só se dirigem à população já residente nesses territórios como criam condições de atração para novos agregados, em especial, famílias jovens.

Por último, mas não menos importante, as políticas de transportes aéreos e marítimos, enquanto instrumento facilitador das acessibilidades e da mobilidade.

Complementares a essas três componentes de nível regional, o PS/Açores considera útil a criação de mecanismos como incentivos para promover a fixação de residência nos concelhos mais afetados pela redução demográfica, a criação de um Programa de Incentivo ao Regresso de Jovens, após a conclusão da sua formação superior, a criação de um sistema de apoio específico para os agregados familiares com mais de 3 filhos, a definição de incentivos à reabilitação de edifícios degradados, para arrendamento habitacional de longa duração, para jovens casais e/ou famílias, bem como a criação de incentivos dirigidos às empresas que criem novos empregos, com contratos de trabalho sem termo, nas localidades mais afetadas pela redução demográfica.

REFORÇAR A COESÃO TERRITORIAL

Numa Região com as características da nossa, a coesão territorial está fortemente dependente da acessibilidade a bens e serviços, assim como da capacidade de mobilidade de pessoas e bens, dentro de cada ilha, entre as ilhas e com o exterior.

Foi com essa consciência que, com a governação do PS/Açores, se aprofundou a coesão territorial, através da modernização de aeroportos, da melhoria e construção de novos portos, da construção e requalificação de estradas regionais, da construção e criação de centenas de equipamentos sociais por toda a Região, bem como da consagração e medidas no âmbito da mobilidade de pessoas e mercadorias que aproximaram as nossas ilhas.

Foi, igualmente, no âmbito da coesão territorial, que foi introduzida e valorizada a componente da coesão digital com a construção de múltiplas e diversas infraestruturas de telecomunicações que contribuíram para democratizar o acesso, em igualdade, à sociedade digital, independente da ilha ou freguesia de residência, o que produziu efeitos muito relevantes ao nível da atividade empresarial e da conseqüente geração de emprego.

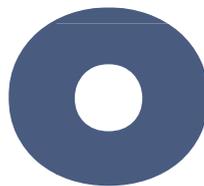
Após um ciclo de infraestruturacão mais intensivo, e depois, mais recentemente, de termos superado um dos períodos mais difíceis da economia internacional e nacional, agravado pela ação destrutiva do então Governo da República do PSD/CDS-PP, em que a prioridade do PS/Açores foi a de ajudar as famílias, os trabalhadores e as empresas a enfrentarem as dificuldades com que se deparavam, os resultados positivos, entretanto alcançados, servem hoje de base para uma nova geração de políticas, na qual o reforço da Coesão, nas suas múltiplas vertentes, constitui o seu fator mais estruturante.

A PRIORIDADE DO PS/AÇORES FOI A DE AJUDAR AS FAMÍLIAS, OS TRABALHADORES E AS EMPRESAS A ENFRENTAREM AS DIFICULDADES COM QUE SE DEPARAVAM



O reforço da coesão económica, social e territorial está no centro do desenvolvimento estratégico que o PS/Açores pretende para a nossa Região, capaz de vencer o desafio permanente dos Açores serem o melhor lugar para viver, investir e visitar, respondendo, assim, também às dinâmicas próprias de uma sociedade que se quer cada vez mais exigente e informada.

MAIS MOBILIDADE E MELHORES ACESSIBILIDADES



reforço da Coesão Territorial, que as novas exigências de uma economia mais competitiva e uma sociedade mais dinâmica demandam, implicam que os Açores, que evidenciam uma tripla condição periférica (o afastamento da Europa, do continente português e das próprias ilhas entre si), superem a descontinuidade territorial com uma política de transportes que seja capaz de responder eficazmente às necessidades de acessibilidade e de mobilidade entre as ilhas e destas para o exterior da Região.

É precisamente isso que os governos do PS/Açores têm vindo e continuarão a fazer, com reflexos muitos positivos para a economia regional.

Em 2015, assegurou-se um novo modelo de transporte aéreo de e para a Região, que conjuga a liberalização do acesso ao mercado de serviços aéreos regulares entre o continente português e S. Miguel e Terceira, com a imposição de obrigações de serviço público nas gateways de Santa Maria, Faial e Pico, o qual é complementado com atribuição de um subsídio social de mobilidade aos passageiros

residentes e estudantes, independentemente da gateway que estes utilizem para viajar.

No mesmo ano, implementou-se um novo modelo de obrigações de serviço público interilhas que operou uma redução média de preços de 20%, além de assegurar a possibilidade de, sempre que existam voos para determinada ilha, essa ilha poder ter, pelo menos, uma ligação de e para o exterior da Região.

No que respeita ao transporte marítimo de passageiros e viaturas é evidente o salto qualitativo no serviço prestado pelos novos navios ferry de 40 metros, que será complementado com a construção, no âmbito do atual período de programação da política europeia de coesão 2014-2020, do primeiro de dois navios que oferecerão um serviço regular, todo o ano, entre os três grupos de ilhas que formam o arquipélago, capaz de satisfazer as necessidades de mobilidade das pessoas e bens, bem como de fomentar o mercado interno.

Paralelamente, e no domínio dos transportes terrestres, foi com o PS/Açores que se introduziu o passe social na Região (Passe 30 Dias, Passe Mensal de 3.ª Idade, Pensionista e Invalidez, e Passe Mensal Desempregado), se modernizou o sistema de transportes coletivos de passageiros nas ilhas das Flores e de Santa Maria, e se criou o serviço de transporte coletivo regular de passageiros ao fim de semana nas ilhas de Pico, Faial, Terceira e Graciosa e em horário noturno, e ao fim de semana, na ilha de S. Miguel.

A ação política do PS/Açores tem sido, assim, determinante para garantir mais mobilidade e melhores acessibilidades a todos os Açorianos.

Mas, para o PS/Açores, o reconhecimento do quanto já conquistámos em benefício dos Açorianos, só alcança a sua plena validade quando complementado pela ambição do muito que ainda queremos alcançar e vencer.

E o domínio das acessibilidades aéreas e marítimas é um daqueles em que assumimos o muito que é ainda necessário fazer.

HÁ MUITO AINDA A FAZER NO DOMÍNIO DAS ACESSIBILIDADES AÉREAS E MARÍTIMAS



Propostas:

- reavaliar a operação de transporte aéreo no sentido de garantir uma maior disponibilidade de lugares em especial durante o chamado verão IATA, de forma a corresponder positivamente ao incremento da procura que se tem verificado, quer por parte de residentes, quer por parte dos turistas que nos visitam.
- criação ou reforço das condições para a operação aérea noturna nos aeródromos dos Açores, a par de um eventual reforço sazonal de frota da SATA Air Açores, e de uma reorganização da operação.

Em primeiro lugar, assumimos o nosso inconformismo e exigência de querer mais e melhores resultados quanto à mobilidade dos Açorianos entre cada uma das nossas ilhas.

Assim no âmbito dos transportes aéreos, para além da questão do custo das passagens aéreas, o PS/Açores considera essencial uma reavaliação da operação de transporte aéreo no sentido de garantir uma maior disponibilidade de lugares em especial durante o chamado verão IATA, de forma a corresponder positivamente ao incremento da procura que se tem verificado, quer por parte de residentes, quer por parte dos turistas que nos visitam.

A criação ou reforço das condições para a operação aérea noturna nos aeródromos dos Açores, a par de um eventual reforço sazonal de frota da SATA Air Açores, e de uma reorganização da operação, constituem exemplos de soluções que, rapidamente, produzirão mais e melhores resultados nas acessibilidades aéreas interilhas.

No que respeita ao transporte marítimo, especialmente no que respeita ao transporte de carga, assumimos este como a resposta prioritária à movimentação de mercadorias nos Açores.

Neste caso, a disponibilização do serviço de transporte de carga rodada e as subsequentes alterações positivas que a mesma acarretará do ponto de vista da nossa economia, constitui para o PS/Açores o caminho a seguir para melhorar as acessibilidades marítimas na nossa Região.

É neste sentido, aliás, que se inserem as medidas já decididas de reforço das condições de transporte de viaturas previstas no âmbito da construção do novo ferry para o serviço no Grupo Central, em especial nas ilhas do Triângulo, bem como o processo de construção do novo navio para serviço anual em todos os grupos do arquipélago.

O PS/Açores considera, igualmente, essencial passarmos a uma nova fase de consideração do impacto e da utilidade das acessibilidades aéreas na nossa Região, não já apenas como meio de fomentar a mobilidade dos Açorianos e de estimular a nossa eco-

nomia, quer através do aumento dos fluxos turísticos, quer através da melhoria da nossa capacidade exportadora, com incidência, sobretudo, nos setores agrícola e das pescas, mas também como instrumento para o posicionamento dos Açores nos circuitos de passageiros e de carga à escala global.

A criação nos Açores de plataformas hub direcionados à mobilidade de passageiros e mercadorias entre a Europa e a América do Norte, é um desafio que corresponde às novas tendências de organização desses mercados, para além dos efeitos significativos que as mesmas poderão ter na economia açoriana.

Para esse desafio, **o PS/Açores considera essencial convocar os instrumentos previstos no âmbito da União Europeia.**

Assim, afigura-se necessário, no âmbito da política de transportes da UE, integrar os Açores, e as RUP em geral, dentro dos corredores principais da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e adaptar o quadro das Autoestradas do Mar, redefinindo estratégias e estabelecendo instrumentos políticos, financeiros e administrativos apropriados.

Para além disso, afigura-se essencial permitir que as RUP beneficiem de participação de financiamento público nas Autoestradas do Mar e abrir a possibilidade de todos os portos das RUP, para além das ligações entre si, poderem conectar-se com os portos da UE, com portos de países terceiros e, também, consagrar a possibilidade dos fundos estruturais preverem apoio financeiro para investimentos na beneficiação e manutenção de infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias localizadas na Região Autónoma dos Açores, assim como para compensar os encargos do serviço público de transportes aéreo e marítimo interilhas, indispensável ao cumprimento do princípio da coesão.

Um dos aspetos que assume importância redobrada no âmbito das políticas de mobilidade, com especial ênfase, neste caso, na mobilidade terrestre, é o relativo à mobilidade elétrica.

Este é um desafio que o PS/Açores elenca como estrutural no âmbito da definição de novos horizontes para a mobilidade dos

Propostas:

- criação nos Açores de plataformas hub direcionadas à mobilidade de passageiros e mercadorias entre a Europa e a América do Norte.
- integrar os Açores nos corredores principais da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).
- adaptar o quadro das Autoestradas do Mar, redefinindo estratégias e estabelecendo instrumentos políticos, financeiros e administrativos apropriados.
- permitir que as RUP beneficiem de participação de financiamento público nas Autoestradas do Mar e abrir a possibilidade de todos os portos das RUP, para além das ligações entre si, poderem conectar-se com os portos da UE, com portos de países terceiros.
- consagrar a possibilidade dos fundos estruturais preverem apoio financeiro para investimentos na beneficiação e manutenção de infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias localizadas nos Açores, assim como para compensar os encargos do serviço público de transportes aéreo e marítimo interilhas, indispensável ao cumprimento do princípio da coesão.



Propostas:

- substituição gradual de veículos de combustão convencional por veículos elétricos, desde logo no âmbito dos serviços da Administração Pública Regional.
- criação de mecanismos de incentivo, quer dirigidos aos veículos de transporte coletivo de passageiros, quer dirigido aos veículos particulares.

Açorianos, o qual terá, igualmente, impactos significativos na qualidade ambiental das nossas ilhas e na redução da dependência dos Açores relativamente aos combustíveis fósseis.

Assim, a par de um processo de substituição gradual de veículos de combustão convencional por veículos elétricos, desde logo no âmbito dos serviços da Administração Pública Regional, o PS/Açores defende a criação de mecanismos de incentivo, quer dirigidos aos veículos de transporte coletivo de passageiros, quer dirigido aos veículos particulares.

Para além disso, e como medida transversal a toda a Política de Transportes nos Açores, afigura-se essencial o reforço das condições de implementação do Plano Integrado de Transportes, introduzindo maior urgência na concretização daquela que é uma medida que, ao permitir a integração, no momento de aquisição de um bilhete, das componentes aérea, marítima e terrestre, terá efeitos diretos e significativos na mobilidade dos Açorianos e de quem nos visita.

Ainda no âmbito das medidas dirigidas ao reforço da Coesão na nossa Região, assumem particular importância todas aquelas que potenciem o aproveitamento das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Um dos instrumentos pelos quais essas políticas podem, e devem ser concretizadas tem a ver com a **Agenda Digital e Tecnológica dos Açores**.

Pese embora o trabalho já realizado em áreas como o incentivo à formação de base tecnológica ou o desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas, salientando-se, a título de exemplo, o trabalho em curso nas áreas de formação de programadores ou, ainda, os projetos relativos à instalação, nos Açores, de mais empresas ligadas à área da exploração espacial, o PS/Açores quer fazer mais e melhor.

Assim, para além de uma reavaliação dos objetivos operacionais previstos nesse documento, torna-se imperativo imprimir um impulso renovado e uma dinâmica acrescida no tratamento dessa área vital para o nosso desenvolvimento, para a nossa projeção

externa e para a captação de investimento, nomeadamente, nas áreas da promoção da Sociedade do Conhecimento e da Informação e no incremento da transferência de tecnologia para as empresas.

Uma referência particular nesse domínio, à área das indústrias espaciais, nas quais, os Açores, a partir da sua localização geográfica e do conjunto de infraestruturas já instaladas ou a instalar na nossa Região, apresentam vantagens competitivas ímpares a nível nacional e a nível europeu.

Nestas, como em tantas outras áreas do nosso desenvolvimento, os interesses em presença, como **o desenvolvimento e progresso das nossas ilhas, a criação de riqueza e a criação de emprego, devem ser ponderados conjuntamente com os interesses, igualmente relevantes, da segurança das pessoas, do ordenamento do território e da sustentabilidade ambiental.**

É com esse enquadramento que, também aqui, o PS/Açores considera essencial a exploração de novas áreas de desenvolvimento e de criação de emprego, especialmente emprego qualificado, na nossa Região.

REFORÇAR A COESÃO PARTINDO DA DIFERENÇA

De modo a promover a eficácia e a eficiência das políticas públicas, é necessário que o PS/Açores lidere, também aqui, uma nova abordagem, com uma visão global e integrada da realidade, dentro e fora de portas, envolvendo os diferentes atores públicos e privados numa cooperação efetiva para uma trajetória de desen-



A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE COESÃO DEVE ASSENTAR NA DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL, A COBERTO DE UMA “MARCA” ÚNICA: OS AÇORES

volvimento harmonioso e sustentável do território regional, em respeito, pelas competências e responsabilidades que cabem a cada um.

Os cidadãos estão cansados daqueles que confundem o exercício da atividade política com um campo de batalha permanente, em que o foco deixa, muitas vezes, de estar na procura das soluções para os problemas concretos dos Açorianos, para estar numa inconsequente guerrilha retórica para consumo mediático que nada acrescenta à missão que compete a quem está no serviço público.

É também tempo, aqui, de fazer diferente, de modo a corresponder às expectativas dos Açorianos, que esperam legitimamente que os seus representantes se encontrem sintonizados com as suas preocupações e empenhados prioritariamente na procura das melhores soluções para os desafios com que são confrontados.

De modo a renovar esse compromisso, e a continuar a merecer a confiança dos Açorianos, o PS/Açores tem que continuar a liderar nas propostas, a liderar no diálogo, na abertura à sociedade, na inovação e no conhecimento.

De acordo com o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a UE.

Após um período em que a Coesão significou a necessidade de proceder à infraestruturização básica em cada uma das parcelas do nosso território, porque esse era o sentido de justiça e o dever que a Região tinha para com as populações despojadas dos mais elementares e necessários equipamentos públicos, a nova geração de política de coesão assenta no desenvolvimento humano, na qualificação do território e numa abordagem que, preservando as suas dimensões essenciais, introduza políticas de diferenciação territorial baseadas na vocação e na especialização de cada uma das nossas nove ilhas, e de cada um dos nossos territórios.

As nossas ilhas são todas diferentes, e complementares, e essas diferenças devem refletir-se na definição de políticas de coesão assentes na diferenciação territorial, a coberto de uma “marca” única, os Açores, cujos valores da partilha e da solidariedade interilhas e

intergeracional compõem a sua matriz genética, em detrimento de políticas uniformes para as 9 ilhas.

Os Açores estão confrontados com grandes desafios e têm a possibilidade de se diferenciarem, no contexto global, quer pelo seu equilíbrio natural, quer pela forma como é salvaguardado o acesso aos recursos naturais pelas futuras gerações.

Por outro lado, a coesão territorial deve também ser encarada como um desafio económico, que gera oportunidades e propicia e estimula a inovação e o desenvolvimento de novos modelos de desenvolvimento económico, assentes nos princípios da sustentabilidade e da complementaridade da oferta competitiva e diferenciadora que cada ilha, ou grupo de ilhas, possui.

Após mais de quarenta anos de Autonomia regional, durante os quais foi sucessivamente alcançado um conjunto de metas históricas, quer através da edificação de infraestruturas físicas quer por via da implementação de instrumentos específicos de combate às assimetrias intrarregionais, importa, na prossecução do objetivo superior que é a coesão económica e social dos Açores, dar um novo impulso ao desenvolvimento integrado da Região.

Importa, sobretudo, fazê-lo, num cenário que se prevê mais exigente, por via da mudança anunciada nas dotações financeiras dos fundos estruturais da UE, e que implica a configuração de uma nova geração de medidas políticas, nas quais a cooperação é um princípio chave.

Uma configuração, aliás, ainda mais criteriosa, baseada num conjunto de ações de diferente natureza, conforme as dificuldades que se propõem debelar e as potencialidades que se pretendem impulsionar.

Trata-se, no fundo, de no âmbito da programação financeira dos fundos da União Europeia - pós 2020, definir um novo quadro de prioridades, discriminadas por ilha, mas salvaguardando o desenvolvimento do todo regional, no sentido de continuar a promover investimentos coerentes, eficientes e eficazes do ponto de vista dos efeitos reprodutivos que se pretendem alcançar.

**IMPORTA
DAR UM NOVO
IMPULSO AO
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO
DA REGIÃO**



O investimento público, ainda mais numa Região como a nossa, que tem na dimensão económica uma dificuldade acrescida, deve continuar a ser o mais otimizado possível, previsível para os agentes públicos e privados, e capaz de concomitantemente gerar um efeito propulsor do desenvolvimento económico e social.

Com estes propósitos no horizonte, o reforço da cooperação, nos mais variados domínios, é condição indispensável para que todos, no exercício das suas competências e atribuições, possam contribuir para fazer dos Açores um melhor lugar para se viver.

REFORÇAR A COESÃO ECONÓMICA

Entre 2000 e 2016, o PIB per capita dos Açores aumentou 59%, de 10 para os 16 mil euros, um sinal claro do aumento do poder de compra e da aproximação à média nacional e europeia, gerando riqueza e elevando o nível de vida e de bem-estar social dos Açorianos.

Mais recentemente, **os últimos dois anos foram marcados por uma acentuada e indesmentível recuperação em todos os setores de atividade económica**, facilmente identificáveis nos principais indicadores estatísticos, nomeadamente, ao nível da criação de emprego na Região.

Previamente, o período marcado pelas restrições ao rendimento, impostas por condicionalismos externos, penalizou fortemente o consumo interno e por consequência, também, o tecido empresarial açoriano constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas.

Este cenário obrigou a que o Governo dos Açores da responsabilidade do PS/Açores interviesse no sentido de apoiar as famílias, os jovens, os mais idosos, as empresas, e os cidadãos sem colocação no mercado laboral, como forma de assegurar um nível de rendimento médio conjuntural que permitisse o funcionamento do mercado interno e das empresas que dele dependiam.

Ultrapassado esse momento, é possível verificar que a maioria do tecido económico regional protagonizou uma transformação significativa, com melhorias na sua solidez financeira, produtividade, diversificação produtiva e de mercados.

Nos dias que correm são muito menos as empresas que dependem exclusivamente do mercado interno, do investimento público ou da banca para a tesouraria do dia-a-dia.

Apesar destes bons resultados, o Governo dos Açores e o PS/Açores querem fazer mais e melhor.

O PS/Açores tem uma determinação e uma exigência redobrada para superar desafios cada vez mais exigentes, à medida que prosseguimos a missão de reforçar a coesão, preservando a unidade regional e elevando o potencial de cada ilha, sem, no entanto, perder de vista a capacidade de reconhecer erros, de corrigir sempre que necessário a trajetória, e de continuar sintonizados com as aspirações das Açorianas e dos Açorianos.

À medida que os desafios se tornam mais exigentes, também o PS/Açores deve corresponder com inovação, com mais exigência, com o total sentido de responsabilidade e o máximo empenho para honrar a confiança que nele depositou a maioria dos Açorianos.

O reforço da Coesão Regional passa pela consolidação do crescimento económico sustentável e equilibrado, através da diversificação da atividade económica e da aposta na qualificação, na formação especializada, na tecnologia e na inovação, como fatores geradores de valor acrescentado.

Neste sentido, o PS/Açores defende o desenvolvimento da **Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores.**

APESAR DOS BONS RESULTADOS O PS/AÇORES QUER FAZER MAIS E MELHOR

Propostas:

- desenvolver a Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, na qual serão mapeados os recursos específicos de cada ilha, nomeadamente naturais, económicos e culturais, com vista a identificar os principais aspetos diferenciadores de uma estratégia individualizada, mas complementar, de desenvolvimento sustentado.
- criação do Manual para o Investimento, que contemple a criação de um Código de Investimento da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de concentrar num único acervo os regimes de benefícios ao investimento, apoios à criação de emprego e à capitalização das empresas.
- criação do Plano do Desenvolvimento Estratégico, o qual pretende enquadrar a estratégia de desenvolvimento de cada ilha, potenciando os seus recursos e vantagens comparativas, articuladas com os investimentos e as medidas de apoio a financiar no período de programação comunitária 2021-2027.
- criação de um simulador online de todos os sistemas de incentivos de apoio às empresas que permita aos investidores perceber as vantagens de investir na Região.

No âmbito deste documento estratégico, no qual serão mapeados os recursos específicos de cada ilha, nomeadamente naturais, económicos e culturais, com vista a identificar os principais aspetos diferenciadores de uma estratégia individualizada, mas complementar, de desenvolvimento sustentado, serão identificados os setores e/ou atividades que, em cada ilha ou grupo de ilhas, se assumam como diferenciadores, com vista ao incremento de valor nas atividades e produtos existentes, bem como à criação de potenciais novas áreas de atividade e o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor.

A aposta no aproveitamento dos recursos endógenos, ancorados nos padrões de especialização existentes, e conciliando tradição e inovação, é um fator diferenciador e agregador de valor na definição de novos produtos, o que implica a aposta na qualidade em detrimento da quantidade, a transferência de conhecimento e o fomento da criatividade e da cultura.

No âmbito da **Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores**, será, igualmente, definido um ambicioso programa de modernização e especialização do nosso tecido empresarial, com vista à promoção da aceleração da transformação digital, e a consequente incorporação de serviços na produção, na comercialização, na logística e no consumo.

No âmbito do desenvolvimento da Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, defendemos, ainda, a **criação do Manual para o Investimento**, que contemple a criação de um **Código de Investimento** da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de concentrar num único acervo os regimes de benefícios ao investimento, apoios à criação de emprego e à capitalização das empresas, facilitando, assim, o seu conhecimento e a sua promoção junto de empresários e potenciais investidores, e ainda o **Plano de Desenvolvimento Estratégico**, o qual pretende enquadrar a estratégia de desenvolvimento de cada ilha, potenciando os seus recursos e vantagens comparativas, articuladas com os investimentos e as medidas de apoio a financiar no período de programação comunitária 2021-2027, de forma a dotar a realidade ilha de um instrumento de planeamento de médio prazo, no qual assente a estratégia para o seu desenvolvimento específico.

A diversificação e especialização da economia regional está intimamente relacionada com a criação de modelos de desenvolvimento específicos e diferenciadores, para cada ilha, ou grupo de ilhas, em função das suas características e potencialidades, de forma a gerar maior valor acrescentado a nível local e a contribuir para o todo regional.

Na nossa **Agricultura** e nas nossas **Pescas**, é fundamental reforçar os processos de inovação e transformação ao nível do produto final acabado, para produtos de “gama alta”, com maior valor económico, através da aposta na inovação, investigação e certificação de produtos de origem biológica, tendo em vista o aumento da rentabilidade das explorações agrícolas, bem como a redução dos seus custos de produção e aumento da sua eficácia e eficiência.

No **Ambiente** e no **Turismo**, é essencial garantir a preservação dos nossos recursos naturais e a sustentabilidade da economia do Turismo como fatores de coesão e, neste sentido, é importante proceder à revisão e atualização dos modelos de gestão e funcionamento dos parques naturais e áreas protegidas, para garantir a sua sustentabilidade financeira, energética e ecológica.

Ainda no setor do Turismo, há que reforçar os meios inspetivos e aperfeiçoar o regime jurídico do alojamento local, em linha com o turismo de natureza, diferenciador e de qualidade.

O crescimento positivo, traduzido pela generalidade dos indicadores, permite lançar um novo ciclo de desenvolvimento para as empresas regionais e de atração de fatores de inovação, de competitividade, de qualificação do investimento e da criação de emprego sustentável.

Essencial nesse domínio, é a simplificação e a facilidade no acesso à informação.

Com este propósito o PS/Açores, considera importante a criação de um **simulador online** de todos os sistemas de incentivos de apoio às empresas que permita aos investidores perceber as vantagens de investir na Região, a criação de um simulador online sobre a incidência fiscal nas empresas, para simplificação e facilitação da perceção por parte dos investidores da incidência fiscal

**O CRESCIMENTO
POSITIVO
PERMITE LANÇAR
UM NOVO
CICLO DE
DESENVOLVIMENTO
PARA AS EMPRESAS
E CRIAR EMPREGO
SUSTENTÁVEL**



sobre as empresas, que calcule uma “taxa geral ajustada de imposto sobre sociedades”, nos Açores, de acordo com a dimensão e com os benefícios fiscais aplicáveis.

O PS/Açores assume-se como um partido reformista, respeitador do indivíduo e do ecossistema. Por isso, preservar e cuidar dos recursos existentes, mais do que um dever, é um legado que deixaremos para a gerações vindouras.

Nesse sentido, e de modo a incrementar a eficiência na utilização de matérias-primas e a reduzir a produção de resíduos, condição essencial para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento, é essencial fomentar a implementação dos princípios da economia circular e promover uma visão integral do processo produtivo, de modo a aumentar a reutilização, o aproveitamento de subprodutos, e o combate ao desperdício.

PELA EXIGÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

A elaboração de políticas públicas carece, cada vez mais, de incorporar nos processos de avaliação e de análise componentes como as alterações climáticas, o envelhecimento demográfico e a disponibilidade de recursos, a par dos desenvolvimentos no plano tecnológico e da inteligência artificial, pelos desafios que comportam na atualidade e pelo que significam para as gerações futuras.

A caminho da terceira década do século XXI, é fundamental continuar a investir na qualificação da capacidade técnica da administração regional e local, ao nível da análise prospetiva e da elaboração

de políticas públicas, as quais devem ser cada vez mais integradas e orientadas para aumentar e melhorar a coordenação e a cooperação entre os diversos atores, das diversas áreas de intervenção, por forma a **melhorar o nível e a qualidade da prestação de serviço e a reduzir ineficiências e desperdícios.**

O PS/Açores defende, assim, uma abordagem cumulativa de políticas públicas com vista ao aumento da eficácia e à otimização de resultados, através do desenvolvimento intergovernamental de projetos de incubação e ao desenvolvimento de clusters, as quais podem envolver componentes que vão desde a formação, a inventariação, a atração de recursos humanos, à construção de infraestruturas necessárias, ligação a centros de conhecimento, produção de legislação específica, licenciamentos, estudos de impacto ambiental e captação de investimento externo qualificador.

Por outro lado, a melhoria da eficácia do serviço prestado aos cidadãos e às empresas por parte da administração pública depende da estreita colaboração entre departamentos da administração regional, o que favorece uma lógica de rede e de partilha, tendo em vista uma resposta de “balcão único”, em detrimento de uma lógica sectorial penalizadora do investimento e do acesso dos cidadãos.

Neste sentido, e sem prejuízo de outras medidas, o PS/Açores considera essencial um novo programa de simplificação administrativa para os cidadãos e empresas que privilegie a capacidade de resposta da rede física RIAC e da sua componente e-balcão.

Como forma de melhorar a eficiência e a capacitação da Administração Pública Regional, deverá ser reforçada e alargada a experiência de criação de serviços partilhados entre departamentos do Governo Regional, assentes no princípio de quadros de pessoal horizontais, desde logo, em matérias relacionadas com serviços jurídicos, contabilidade, aprovisionamento, informática, gabinetes de projeto, manutenção e gestão de instalações e gestão energética.

Propostas:

- abordagem cumulativa de políticas públicas com vista ao aumento da eficácia e à otimização de resultados, através do desenvolvimento intergovernamental de projetos de incubação e ao desenvolvimento de clusters.
- novo programa de simplificação administrativa para os cidadãos e empresas que privilegie a capacidade de resposta da rede física RIAC e da sua componente e-balcão.
- reforçar e alargar a experiência de criação de serviços partilhados entre departamentos do Governo Regional, assentes no princípio de quadros de pessoal horizontais, desde logo, em matérias relacionadas com serviços jurídicos, contabilidade, aprovisionamento, informática, gabinetes de projeto, manutenção e gestão de instalações e gestão energética.

REFORÇAR A COESÃO SOCIAL

Tudo isto de que temos vindo a falar deve estar ao serviço do que, para o PS/Açores, foi, é, e continuará a ser, a razão de ser da nossa ação: as Pessoas. As Açorianas e os Açorianos.

É esse o sentido da nossa ação diária.

Deve ser esse, sempre, o objetivo último do nosso trabalho.

O Partido Socialista dos Açores tem dirigido a sua ação política para a promoção de uma sociedade cada vez mais coesa, justa, solidária e geradora de igualdade de oportunidades.

Com os governos do PS/Açores intensificou-se a coesão social, nomeadamente, com políticas públicas que visaram uma ampla modernização e expansão da rede escolar e pré-escolar, um investimento sem paralelo na melhoria dos equipamentos de saúde, com a construção de novos hospitais e vários centros e postos de Saúde, e a criação de uma vasta rede de equipamentos sociais com a consequente abertura de novas valências que servem mais açorianos, e asseguram as taxas de cobertura mais elevadas da Autonomia.

Os grandes desafios que se colocam à nossa Região, e que são fundamentais para reforçar a nossa Coesão Social, passam pelo contínuo combate ao desemprego, em especial ao desemprego jovem, pelo aumento das qualificações e do nível de rendimentos dos Açorianos, pelo combate às desigualdades sociais e pela luta contra a pobreza e a exclusão social.

Para alcançar estes desígnios, o Governo dos Açores está a implementar a **“Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social”**, em parceria com outras entidades.

O combate contra a pobreza e a exclusão social não é um trabalho da exclusiva responsabilidade das entidades públicas, mas, antes, deve convocar o esforço e o empenho de todos os agentes sociais para uma tarefa que, sem ilusões, exige tempo para produzir os seus frutos.

Este é um desafio que deve merecer uma aposta determinada, firme e assertiva, e no qual se exigem melhores resultados no ataque às causas da pobreza e na efetiva integração e inclusão social.

É necessário atender às especificidades de cada concelho e até de algumas freguesias mais numerosas, envolvendo os agentes locais e a própria população na definição de um plano de ação eficaz e intensivo, com objetivos estratégicos.

Neste domínio, o PS/Açores considera prioritária a definição e concretização do objetivo de quebra do ciclo geracional da pobreza, intervindo de forma localizada e específica, desde logo naquelas localidades onde se verifiquem fenómenos de concentração de pobreza.

Assim, para além das medidas que já estão em curso nas diversas componentes de políticas sectoriais que constam da “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social”, do ponto de vista de abordagem política, consideramos que o caminho a seguir passa, necessariamente, por um lado, pela criação de estruturas específicas de implementação, acompanhamento e monitorização com o âmbito de atuação territorial correspondente a esses territórios, as quais têm por função, para além das referidas anteriormente, a coordenação da intervenção dos diferentes departamentos do Governo nessas localidades.

Neste particular, a educação, o acesso aos cuidados de saúde, aos apoios sociais, a uma habitação digna, são os principais impulsionadores da mudança, para quebrar o ciclo da pobreza e garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Na Saúde, foram dados passos importantes no reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde, nos últimos anos, para níveis superiores à média nacional e europeia, sendo ainda necessá-

Propostas:

- É necessário atender às especificidades de cada concelho e até de algumas freguesias mais numerosas, intervindo de forma localizada e específica, desde logo naquelas localidades onde se verifiquem fenómenos de concentração de pobreza.
- criação de estruturas específicas de implementação, acompanhamento e monitorização com o âmbito de atuação territorial correspondente a esses territórios.
- criação de um Programa de Mentores ao nível das áreas da Educação e da Ação Social.



rio melhorar a eficiência do SRS para melhor atender todos os Açorianos, de todas as ilhas e concelhos.

Neste domínio, a entrada em vigor do novo regulamento da deslocação de especialistas e técnicos de saúde às ilhas sem hospital, vem responder às necessidades das populações, minimizando o transtorno causado aos utentes e facilitando o seu acesso aos serviços de saúde.

Por outro lado, torna-se, igualmente necessário, enveredar por uma abordagem mais minuciosa e detalhada da concretização das medidas de valorização social e, por isso, o PS/Açores defende a criação de um **Programa de Mentores** que consiste na definição, desde logo ao nível das áreas da Ação Social e da Educação, de tutores individuais que assegurem o acompanhamento específico da aplicação das medidas de apoio social, do percurso escolar e da qualificação, em especial, dos jovens dessas comunidades afetadas pelo fenómeno da pobreza com o objetivo de obtenção de um nível de formação tendencialmente superior e de valorização pessoal.

Tal como referido no diagnóstico que antecedeu a elaboração da “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social”, e como reiteradamente assumido pelo PS/Açores, a Educação permanece como a mais eficaz ferramenta no combate à pobreza, no acesso ao emprego e a uma remuneração condigna.

Neste domínio, o PS/Açores considera ser chegada a hora de afirmar em toda a sua extensão o princípio segundo o qual a medida, o critério e o objetivo da Política de Educação deve ser, em absoluto, o aluno e o seu sucesso.

Isso implica uma mudança de mentalidades, de procedimentos e de prioridades, inclusive dentro do próprio Sistema Educativo Regional, em que as infraestruturas, a afetação de recursos financeiros e humanos e a abordagem às suas necessidades ou pretensões devem ter aquele como critério principal, senão mesmo único.

É a partir deste princípio e deste critério que, sem prejuízo das legítimas expectativas da comunidade, deve ser planeada, executada

O CRITÉRIO E O OBJETIVO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DEVE SER, EM ABSOLUTO, O ALUNO E O SEU SUCESSO

e avaliada a Política de Educação nos Açores, que conta, também, com um corpo docente estável, motivado e disponível para o desempenho das suas funções.

E a importância dessa orientação resulta, desde logo, da afirmação segundo a qual, combater a desigualdade, através da redução do insucesso e do abandono escolar, é garantir que todos os Açorianos terão as mesmas condições e ferramentas para prosseguir os seus objetivos.

Investir na Educação nas suas diversas vertentes, para além da educação formal, com o respeito pela adaptabilidade do meio, irá promover áreas como a empregabilidade, a cultura, a promoção de uma juventude saudável e a intervenção cívica.

Importa, por isso, aprofundar os esforços que temos desenvolvido no sentido do sucesso escolar.

A escola pode ainda contribuir melhor para ajudar a anular as desigualdades com que muitas crianças ainda entram no sistema educativo e, assim, afirmar-se como espaço e fator de desenvolvimento humano e de coesão social.

A melhoria dos níveis de escolaridade e de qualificação da população exige um trabalho que deve estender-se ao longo de toda a infância e adolescência, abrangendo a creche e o jardim de infância e incorporando a intervenção precoce como um importante recurso para o desenvolvimento de competências de algumas das nossas crianças.

No âmbito do sistema educativo, temos de iniciar a evolução de uma lógica de projeto, como é o ProSucesso, para a integração no sistema educativo de todos os aperfeiçoamentos que se revelem necessários e adequados para assegurar que as crianças e jovens da Região podem, em efetiva igualdade de oportunidades, desenvolver todo o seu potencial, ao mesmo tempo que adquirem competências consentâneas com as necessidades em que deverão integrar um mercado de trabalho, cada vez mais especializado e exigente.

Devem merecer especial atenção os alunos encaminhados pela escola para currículos de educação especial. Para sua salvaguarda

**A ESCOLA
PODE AINDA
CONTRIBUIR
MELHOR PARA
AJUDAR A
ANULAR AS
DESIGUALDADES
COM QUE
MUITAS
CRIANÇAS
AINDA ENTRAM
NO SISTEMA
EDUCATIVO**



AS ESCOLAS DEVEM SER ENCARADAS TAMBÉM PELA FORMA COMO GARANTEM OS DIREITOS DA CRIANÇA, DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E PELA SUA CAPACIDADE DE TRANSFORMAR PARA MELHOR A VIDA DAS SUAS CRIANÇAS E JOVENS

e para garantia do interesse público num sistema educativo de qualidade, deve ser implementado um mecanismo de auditoria independente aos encaminhamentos feitos pelas escolas para os currículos de educação especial.

O mecanismo de auditoria deve ser estendido às aquisições de competências formalmente certificadas em todos os currículos que não o regular, de modo a garantir que não existem defasamentos entre aquilo que o sistema educativo formalmente atesta e as competências efetivamente adquiridas pelos nossos jovens.

As escolas devem ser encaradas, não apenas pelos resultados que produzem ao nível da aquisição de conhecimentos e progressão no nível de ensino, mas pela forma como garantem os direitos da criança, da igualdade de oportunidades à participação efetiva, e pela sua capacidade de transformar favoravelmente a vida das suas crianças e jovens e, por essa via, as comunidades onde se inserem.

Se é verdade que as famílias são as primeiras responsáveis pelas crianças e jovens, é igualmente verdade que há um manifesto e efetivo interesse público na qualidade de vida na infância, porquanto tal aumenta exponencialmente a possibilidade de integração bem-sucedida de cidadãos responsáveis, solidários e contribuintes efetivos para a vida e recursos da Região.

Sem subestimar alguns progressos alcançados, é fundamental manter um elevado grau de exigência à prestação do sistema educativo, uma vez que este é destinatário de uma parte muito significativa de recursos financeiros públicos e a qualidade da sua prestação é crítica para o desenvolvimento dos Açores.

Este grau de exigência deve estender-se a toda e qualquer prestação de serviços financiada com recursos públicos, ainda que de natureza privada ou solidária.

Neste sentido, o PS/Açores entende necessário salientar que a Região dispõe de uma rede muito significativa e abrangente de respostas sociais, geridas pelo setor privado, cooperativo e solidário, que prossegue o interesse público e é, por isso, fortemente financiada por recursos que são de todos.

Este financiamento deve depender de uma permanente e rigorosa avaliação da qualidade do serviço prestado e do respeito pelos direitos dos cidadãos que usufruem dessas respostas, os quais são os destinatários e a única razão de ser desta cooperação.

É, pois, fundamental que os critérios dessa avaliação sejam orientados pela adoção prévia de guiões de qualidade de serviço e que os respetivos resultados sejam acessíveis ao público, comprometendo quem é avaliado e quem tem a responsabilidade de avaliar de modo a garantir o bom funcionamento das instituições, o adequado tratamento dos seus utentes e, também, reforçar a confiança, a transparência e o envolvimento da sociedade nas matérias que a todos dizem respeito.

O PS/Açores reitera que quando está em causa a prossecução de fins de interesse público, faz sentido financiar o setor privado, cooperativo e social apenas quando este é capaz de rentabilizar melhor os recursos, prestar melhor serviço ou produzir melhores resultados.

Apesar do investimento avultado na melhoria dos serviços prestados, subsiste a necessidade de um grande esforço na qualificação dos recursos humanos destas respostas sociais, a atender no momento do recrutamento e ao nível da formação contínua.

Atento o tempo que decorreu desde a sua implementação e a importância dos serviços sociais que são prestados ao abrigo deste normativo, o PS/Açores defende uma avaliação da aplicação do Código de Ação Social que permita identificar as melhorias alcançadas e as matérias em que é possível fazer melhor.

Por outro lado, a atualização da Carta Social da Região e a análise prospetiva desta área de intervenção são instrumentos que importará desenvolver tendo em vista o período pós 2020 e a realidade demográfica da Região.

A consciência da necessidade de preparar os sistemas de apoio social para os novos desafios dos tempos modernos pautados pelo envelhecimento da população e por alterações nas estruturas familiares, desafia a sociedade contemporânea a adaptar-se de forma a melhorar o apoio às crianças, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.

Propostas:

- avaliação da aplicação do Código da Ação Social.
- atualização da Carta Social da Região tendo em vista o período pós 2020 e a realidade demográfica da Região.
- adoção prévia de guiões de qualidade de serviço e que os respetivos resultados sejam acessíveis ao público, comprometendo quem é avaliado e quem tem a responsabilidade de avaliar de modo a garantir o bom funcionamento das instituições, o adequado tratamento dos seus utentes e, também, reforçar a confiança, a transparência e o envolvimento da sociedade nas matérias que a todos dizem respeito.



O PS/AÇORES QUER UMA REGIÃO SOCIALMENTE COESA E COM UMA REDE DE EQUIPAMENTOS SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS DIMENSIONADA PARA AS NECESSIDADES E COM UMA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA ADEQUADA

A coesão social na Região é, assim, um enorme desafio, só possível de vencer através de uma política sistémica e articulada entre diversos setores de intervenção pública, apostando no desenvolvimento de estratégias que visam a melhoria das condições de vida da população açoriana, através da promoção da acessibilidade aos serviços de educação e saúde, da potenciação do bem-estar e conforto, da promoção da cultura e do lazer, do aumento dos níveis de proteção social, entre outros, traduzindo-se assim, num vasto conjunto de políticas e indicadores orientados simultaneamente para diminuir o fosso da desigualdade e assegurar bons serviços aos Açorianos.

Neste sentido, as principais linhas de intervenção da Solidariedade Social assentam na **proteção da Infância**, no **combate ao isolamento dos mais idosos e ao risco de exclusão**, no **suporte à pessoa com deficiência**, na **promoção da igualdade de oportunidades** e no **apoio às pessoas e famílias** que vivenciam situações de maior precariedade.

Assim, salienta-se a prioridade dada pelo PS/Açores à modernização e ao reforço da rede social de equipamentos bem como da intervenção social, dirigida à infância, ao apoio aos cidadãos e às famílias, aos idosos, e a especial atenção dada às estruturas de apoio às pessoas com deficiência ou dependência, tendo sido esta a área com maior crescimento ao nível de respostas sociais nos últimos anos.

Considerando que, cada vez mais, existe a necessidade de diferenciação e especialização da intervenção social, assente num sistema de redes territoriais e serviços de proximidade, ajustadas às necessidades efetivas das problemáticas e populações locais, as IPSS's e Misericórdias assumem um papel preponderante.

De facto, estas instituições encontram-se numa situação privilegiada de proximidade, permitindo respostas concertadas e atentas aos problemas inerentes a estes territórios, considerando tanto as suas necessidades como as suas potencialidades, pelo que deve ser dada continuidade ao reforço da cooperação entre Governo, as IPSS's e Misericórdias, sem comprometer a exigência e a homogeneidade na prestação dos cuidados através do apoio em processo de certificação de respostas sociais.

Uma Região que se deseja socialmente coesa, assenta a sua estratégia no acesso a uma rede de equipamentos, serviços e respostas sociais dimensionada de acordo com as necessidades e com uma distribuição geográfica adequada, de forma a garantir taxas de cobertura semelhantes em todo o território.

Paralelamente, e integrado nessa estratégia concertada, está o reforço e a implementação das medidas que fazem parte do Programa Regional de Reestruturação dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) e de Apoio aos Cuidadores, com especial enfoque no apoio a alternativas à institucionalização nas estruturas residenciais para idosos, na criação de um Serviço de Apoio ao Cuidador Informal de pessoas idosas e pessoas dependentes, na formação dos cuidadores formais e informais e na criação da figura do Cuidador Formal inserido em bolsas e enquadrado em instituições com resposta de Serviço de Apoio Domiciliário, permitindo a promoção de empregabilidade ao mesmo tempo que se assegura o apoio a pessoas idosas e pessoas dependentes no seu domicílio.

Há, ainda, que reforçar a promoção das práticas de voluntariado, uma vez que, para além do carácter comunitário, este é um recurso valioso da sociedade e uma manifestação efetiva de cidadania que pode ser potenciado através de medidas promotoras do seu desenvolvimento.

A sua promoção pode fazer-se incentivando e facilitando a sua prática individual e valorizando a responsabilidade social de instituições e empresas, beneficiando a sua implementação, quer ao nível do enquadramento legal e do estatuto do Voluntário, quer ao nível da organização de um banco de voluntários, definindo a forma de recenseamento dos cidadãos interessados, assim como das entidades enquadradoras e beneficiárias dos mesmos. Deve ainda ser promovida a formação aos voluntários e às entidades integradoras.

O PS/Açores defende, por isso, a criação de uma Rede de Voluntários Açorianos, a qual, assumindo a natureza de instrumento de incentivo e recenseamento de voluntários, possa articular a sua disponibilidade com as necessidades de intervenção planeada e integrada em áreas como a Cultura, a Solidariedade Social, a Educação, a Juventude, o Desporto, o Ambiente, entre muitas outras.

Propostas:

- criação de um Serviço de Apoio ao Cuidador Informal de pessoas idosas e pessoas dependentes.
- formação dos cuidadores formais e informais.
- criação da figura do Cuidador Formal inserido em bolsas e enquadrado em instituições com resposta de Serviço de Apoio Domiciliário.
- criação de uma Rede de Voluntários Açorianos, a qual, possa articular a sua disponibilidade com as necessidades de intervenção planeada e integrada em áreas como a Cultura, a Solidariedade Social, a Educação, a Juventude, o Desporto, o Ambiente, entre muitas outras.



QUALIFICAR A DEMOCRACIA

Um dos principais desafios que hoje se coloca à Democracia está, por um lado, relacionado com a perceção generalizada de que ela é um dado adquirido e que, neste sentido, está imune às ameaças que a corroem, e, por outro, com a necessidade de reforçar os mecanismos de prestação de contas aos cidadãos, de aumentar o nível de escrutínio público e de participação cívica, e de promover uma cultura de serviço público próxima do cidadão, com transparência e rigor.

Estruturalmente balizado por princípios fundamentais como a separação de poderes, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o respeito pelas minorias, assim como pelo princípio de igualdade perante a lei, entre outros, o regime democrático, tem de se reforçar e de se defender de fenómenos crescentes de desinformação, do aumento dos índices de abstenção, e de narrativas populistas que, atacando a política e os políticos, mais não oferecem, como alternativa, senão visões simplistas e exercícios “musculados” e casuísticos de poder.

Partido fundador da Autonomia e da Democracia açoriana, o PS/Açores tem especiais responsabilidades políticas no trabalho de aperfeiçoamento da nossa Democracia.

Um aprofundamento que, no respeito pelos princípios e valores da democracia representativa, deve, também, contribuir para incentivar ao aumento da participação cívica, para reforçar os princípios da coresponsabilidade e da representatividade e para implementar políticas públicas de reforço da transparência.

O percurso que a Democracia açoriana tem realizado, com aprofundamentos que procuram responder, em cada momento, às grandes questões do seu tempo, tem provas dadas.

O PS tem sido nos Açores a força liderante na qualificação da democracia e no aprofundamento da Autonomia regional.

Foi com o PS/Açores que a Assembleia Legislativa dos Açores aprovou uma reforma que aumentou para o dobro a representatividade e o pluralismo do parlamento, o qual passou de 3 para 6 forças políticas representadas.

Foi com o PS/Açores que foram reforçados os direitos da oposição no Parlamento, onde, em diversas circunstâncias, um partido da oposição, independentemente do número de deputados eleitos, tem os mesmos direitos que o partido maioritário.

Foi com o PS/Açores que o Parlamento reforçou o escrutínio da gestão pública com, por exemplo, a aprovação da obrigatoriedade de os presidentes indigitados das empresas públicas serem ouvidos, em audição parlamentar, previamente à tomada de posse.

O PS/Açores não ignora que o exercício prolongado de responsabilidades governativas impõe, necessariamente, uma permanente exigência e um constante inconformismo.

E, com toda a certeza, implica também mudanças.

A DEMOCRACIA E A AUTONOMIA DOS AÇORES SÃO PROPRIEDADE ÚNICA E EXCLUSIVA DO POVO AÇORIANO



O PS/AÇORES NÃO CONFUNDE DEMOCRACIA COM RESULTADOS ELEITORAIS

Mudanças que se alicerçam na saudável constatação que há novos desafios que surgem e que exigem novas respostas, mas também, porque existem soluções que não resultaram da maneira como se previa e como nós gostaríamos que resultassem.

Neste sentido, e em ordem a continuar a merecer a confiança do Povo Açoriano, o PS/Açores deve liderar no âmbito das propostas, liderar na abertura à sociedade açoriana e liderar no diálogo com todas as forças políticas, com os parceiros sociais e demais entidades representativas.

Uma das causas para o PS/Açores merecer a confiança da maioria dos Açorianos é a capacidade de, em cada momento, saber interpretar o pulsar da sociedade açoriana, com a humildade de corrigir políticas sempre que tal se afigurou necessário e, assim, determinava o interesse público.

O PS/Açores tem de agir com a consciência que essa relação de confiança que construiu e mantém com os Açorianos, não se renova apenas de 4 em 4 anos, por altura das eleições.

Essa é uma relação que, diariamente, deve ser alimentada, reforçada, revitalizada e acarinhada.

O PS/Açores não confunde, assim, Democracia com resultados eleitorais.

Para nós, a Democracia não é uma arma de arremesso político, nem deve estar sujeita à desconsideração, à desqualificação dos seus méritos ou das decisões dos seus protagonistas (o Povo), consoante se gosta mais ou se gosta menos dos resultados obtidos nas urnas.

Da mesma forma que não há uma Democracia sem partidos, também esta não é um exclusivo ou um reduto dos partidos políticos, os quais, e entre eles o PS/Açores, não estão, igualmente, imunes às dinâmicas das transformações e das mudanças de hábitos sociais, nem isentos de um frequente exercício de reflexão e (auto)crítica.

A Democracia e a Autonomia dos Açores são propriedade única e exclusiva do Povo Açoriano.

Por isso, **qualificar a Democracia só é possível atraindo mais pessoas à participação política.**

Não sendo defensor da chamada Democracia direta pura, o PS/Açores não ignora que o aperfeiçoamento e a qualificação do nosso sistema político implicam, também, disponibilizar mais canais de participação e incentivar o envolvimento dos cidadãos no processo de decisões que a todos diz respeito, nomeadamente, através do aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta, os quais deverão ser variados e de acordo com o alcance das iniciativas em discussão.

Para além das propostas constantes no capítulo **Afirmar os Açores**, mormente no respeitante à Reforma da Autonomia e que constituem, por si, um importante contributo para reforçar, de forma inédita, a participação e o envolvimento dos cidadãos, a qualificação da Democracia exige, quer no plano interno, quer na promoção das políticas públicas, que o PS/Açores não tenha receio de inovar para a ser merecedor da confiança das Açorianas e dos Açorianos.

DEMOCRACIA INFORMADA

A Democracia deve ser ensinada, explicada, analisada e criticada.

Para promover a qualificação da Democracia torna-se indispensável melhorar os canais de informação pública de modo a que seja possível encontrar, num único sítio, (virtual e físico) toda a informação relativa a **como participar, como**

Propostas:

- melhorar os canais de informação pública de modo a que seja possível encontrar, num único sítio, (virtual e físico) toda a informação relativa a como participar, como propor, quais as iniciativas em curso, publicações legislativas, entre outras funcionalidades que promovam e incentivem o envolvimento cívico.
- promover conteúdos, cientificamente válidos e inscritos na matriz do sistema educativo que expliquem o que é e como funciona a Democracia; o que são e para que servem as diferentes eleições; o que é e como funciona a Autonomia Regional; quais as suas competências; o que são e quais são os órgãos políticos, autarquias locais, assembleias e juntas de freguesia, assembleia e câmaras municipais, e Assembleia Legislativa e Governo dos Açores.
- transmissão e a disponibilização online das reuniões das comissões permanentes parlamentares.

propor, quais as iniciativas em curso, publicações legislativas, entre outras funcionalidades que promovam e incentivem o envolvimento cívico.

No âmbito pedagógico, e com o objetivo de incrementar princípios de envolvimento cívico e de promover os valores democráticos, devem ser concebidos conteúdos, cientificamente válidos e inscritos na matriz do sistema educativo que expliquem o que é e como funciona a Democracia; o que são e para que servem as diferentes eleições; o que é e como funciona a Autonomia Regional; quais as suas competências; o que são e quais são os órgãos políticos, autarquias locais, assembleias e juntas de freguesia, assembleia e câmaras municipais, e Assembleia Legislativa e Governo dos Açores.

Para a promoção e a qualificação da Democracia também concorrem medidas que, por um lado, reforçam a transparência e, por outro, contribuem para melhorar a perceção da realidade da Região como, por exemplo, e entre outras, a transmissão e a disponibilização online das reuniões das comissões permanentes parlamentares, a criação de um serviço de monitorização online que disponibilize, entre outra informação agregada a síntese mensal da execução orçamental, a síntese do endividamento público da Região, integrando o setor público empresarial, a síntese de execução dos diferentes programas comunitários em curso, em suma, um conjunto de informação que permita, de modo organizado e objetivo, um maior acompanhamento e um maior escrutínio do “estado da Região”.

Conhecer melhor a realidade, a sua evolução objetiva ao longo dos anos, de um modo simples, nos diversos setores, como seja, também informação tecnicamente organizada relativa à capacidade de produção dos Açores, e de cada ilha em particular, nas diferentes indústrias e setores, entre outra informação, é, igualmente, condição indispensável para promover um diálogo público e um debate político baseados em factos mensuráveis e comprováveis por todos.

Qualificar a Democracia implica, também, uma administração pública amiga do cidadão e capaz de, por um lado atender com proximidade e eficiência todos aqueles que a demandam presencialmente, mas, por outro, de responder personalizadas a

todos quantos – e serão cada vez mais no futuro – os que com ela interagem de modo remoto ou digital.

Governar hoje é muito diferente.

É fundamental uma capacidade de resposta e uma cultura de serviço público cada vez mais exigente, cada vez mais próxima do cidadão e cada vez mais focada nas soluções para os problemas concretos que afetam a vida das pessoas.

Uma cultura de serviço e de atendimento público que assegure e reitere a consciência, em todas as áreas de intervenção e em todos os níveis da administração pública, de que são as Açorianas e os Açorianos que a ela recorrem a razão de ser desses serviços públicos.

Na era digital, em que vivemos, é fundamental aprofundar os instrumentos para melhorar a relação de confiança entre as instituições públicas e os cidadãos e ampliar a transparência e o escrutínio público.

Nesse sentido, o PS/Açores defende a concretização de um conjunto de medidas, impulsionadas pela modernização administrativa, e pelo conceito de uma Administração Aberta, entre as quais, **Onde Está o meu processo?** cada cidadão possui um código de acesso ao seu processo e pode monitorizá-lo até à sua tramitação final; **Eu avalio o meu serviço público**, cada cidadão é convidado a avaliar digitalmente os serviços públicos sempre que se dirijam aos mesmos; **Prestação de contas ao cidadão**, a administração regional, por área funcional, publica no mesmo portal, mensalmente, dados que permitam conhecer o “estado da região”; síntese mensal da execução orçamental, a síntese do endividamento público da Região, integrando o setor público empresarial, a síntese de execução dos diferentes programas comunitários em curso, entre outras; O investimento em cada concelho e ilha, será identificado de forma georreferenciável desde a primeira fase à sua conclusão, com identificação e monitorização do grau de execução.

POR UMA CULTURA DE SERVIÇO PÚBLICO CADA VEZ MAIS FOCADA NAS SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS CONCRETOS DOS CIDADÃOS

Propostas:

- Onde Está o meu processo? cada cidadão possui um código de acesso ao seu processo e pode monitorizá-lo até à sua tramitação final.
- Eu avalio o meu serviço público, cada cidadão é convidado a avaliar digitalmente os serviços públicos sempre que se dirijam aos mesmos.
- Prestação de contas ao cidadão, a administração regional, por área funcional, publica online, mensalmente, dados que permitam conhecer o “estado da região”; síntese mensal da execução orçamental, a síntese do endividamento público da Região, integrando o setor público empresarial, a síntese de execução dos diferentes programas comunitários em curso.



UM PARTIDO MODERNO AO SERVIÇO DOS AÇORIANOS



Qualificar a Democracia é também reformar o PS/A de modo a torná-lo mais ativo, mais presente, mais capaz de reforçar a relação de proximidade e a disponibilidade permanente que concorrem para que a maioria dos cidadãos opte por confiar no projeto político do PS/Açores.

De modo a continuar a merecer a confiança dos Açorianos, o PS/Açores tem que ser uma organização política dinâmica, apelativa e disponível, em todas as plataformas e meios, para efetivamente corresponder às elevadas expectativas e às responsabilidades que tem para com os Açorianos.

O PS/Açores deve afirmar-se, no atual contexto político, como a força que não só inspira e apoia o Governo, como é, igualmente, e para além disso, um **interlocutor privilegiado na promoção de compromissos e de consensos na sociedade açoriana.**

Tem, por isso, de interpretar e de se envolver em novos movimentos inovadores e inclusivos que interpelam a sociedade a participar de forma mais ativa e dinâmica.

Neste particular, o PS/Açores deve concitar o empenho, o esforço e a dinâmica da cidadania e assumir-se como uma ampla plataforma de ação política e de participação cívica.

Qualificar a Democracia significa, também, que o PS/Açores não se desviará um milímetro dos princípios e valores fundadores da Democracia, mas que se empenhará, cada vez mais, na promoção de um diálogo construtivo e sem reservas com todos com vista a

**O PS/A É UMA
AMPLA
PLATAFORMA DE
AÇÃO POLÍTICA
E DE
PARTICIPAÇÃO
CÍVICA**

melhorar a confiança dos cidadãos no sistema político e seus representantes.

O PS/Açores deve renovar e ampliar o ciclo de abertura, no qual todas as estruturas e todos os militantes se devem empenhar em trazer mais cidadãos não só à participação política, mas também, e sobretudo, à participação no próprio partido, promovendo o ingresso de novos militantes para que o PS se possa, também ele, robustecer, fortalecer e dinamizar.

Desde logo, modernizando-se e definindo regras internas que promovam a renovação permanente do Partido e imprimindo uma dinâmica de permeabilidade entre a organização e a sociedade.

Neste sentido, entre este e o próximo congresso, deverá ser realizado um amplo debate interno, com todas as estruturas, com vista a preparar uma reforma dos Estatutos do PS/Açores, a ser apreciada e votada no próximo Congresso, e que vise, entre outras matérias: reforçar os mecanismos de participação da sociedade na vida do PS, incentivar a que os militantes sejam chamados a participar mais na vida interna, nomeadamente, no âmbito da elaboração e discussão de propostas, na eleição direta dos coordenadores dos órgãos executivos locais e de ilha, à semelhança do que já acontece com o Presidente do PS/Açores; definir limitação de mandatos para os órgãos do partido, reforçando-se as práticas da boa governança das organizações e do rejuvenescimento e renovação dos órgãos partidários; e consagrar a paridade efetiva como regra na elaboração, quer das listas candidatas aos órgãos partidários, quer nas listas a apresentar nos diferentes atos eleitorais a que o PS/A concorre.

Proposta:

- realizar um amplo debate interno, com todas as estruturas, com vista a preparar uma reforma dos Estatutos do PS/Açores, a ser apreciada e votada no próximo Congresso, e que vise, entre outras matérias:

1. reforçar os mecanismos de participação da sociedade na vida do PS.
2. incentivar a que os militantes sejam chamados a participar mais na vida interna.
3. a eleição direta dos coordenadores dos órgãos executivos locais e de ilha, à semelhança do que já acontece com o Presidente do PS/Açores.
4. definir limitação de mandatos para os órgãos do partido.
5. consagrar a paridade efetiva como regra na elaboração, quer das listas candidatas aos órgãos partidários, quer nas listas a apresentar nos diferentes atos eleitorais a que o PS/A concorre.



Praia da Vitória
14 | 15 | 16 Setembro